



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniel Barcelos Petry

TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS
USUÁRIOS DO CAPS AD III

Santa Cruz do Sul

2019

Daniel Barcelos Petry

TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS
USUÁRIOS DO CAPS AD III

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Fernando Viegas

Santa Cruz do Sul

2019

Daniel Barcelos Petry

TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS
USUÁRIOS DO CAPS AD III

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Moacir Fernando Viegas
Professor orientador - Unisc

Eder da Silva Silveira
Professor examinador - Unisc

Naira Lisboa Franzói
Professora examinadora - UFRGS

Santa Cruz do Sul

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Petry, Daniel Barcelos

Trajetórias de trabalho e educação de dependentes químicos usuários do CAPS AD III / Daniel Barcelos Petry. – 2019.

93 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Moacir Fernando Viegas.

1. Saúde mental. 2. Trajetórias de vida. 3. Educação. 4. Trabalho. 5. Dependência química. I. Viegas, Moacir Fernando. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Viva sua vida de modo que quando você morrer lhe sejam feitas duas perguntas: O que você aprendeu? Como o que você aprendeu ajudou a melhorar a vida dos que lá ficaram?

Posso dizer que sou uma pessoa privilegiada. Sempre tive pais presentes, comida na mesa, roupas, um teto para dormir, conforto e acesso à melhor educação durante toda a minha vida. Por tudo isso agradeço imensamente aos meus pais Seres Tereza Barcelos Petry e Roque José Petry por estarem sempre presentes e me indicarem o caminho, sempre respeitando minhas escolhas. A cada dia procuro direcionar minhas ações, sejam elas pessoais ou profissionais, repassando o aprendizado e o conhecimento adquiridos ao longo da caminhada, sem nunca esquecer e sempre valorizando o lugar de onde vim. Obrigado do fundo do meu coração e da minha alma. Amo vocês.

À minha esposa, amiga, companheira, que sempre caminhou ao meu lado e que passou por todas as aflições e angústias que se apresentaram e se apresentam diariamente, me dando força, coragem e confiança para seguir em frente, Dalise dos Santos Canto. Obrigado por sempre me incentivar a seguir em frente, nessa aventura louca que é a vida. Te amo!

À minha filha, Maria Helena Canto Petry, que me ensina todo dia o que nenhuma sala de aula jamais me ensinou. Que me transforma diariamente e que me proporcionou a alegria e o desafio de ser pai. Filha: a alegria de estar contigo é como caminhar em um campo onde encontro todas as cores. Somos abençoados por ter você aqui. O pai te ama! Obrigado sempre!

À toda equipe de saúde mental do município, em especial aos colegas do CAPS AD III. Vocês me transformaram diariamente e contribuíram para minha evolução profissional e espiritual como ser humano. Sempre serei grato pela oportunidade que foi conviver com todos.

Aos usuários do serviço do CAPS AD III, em especial aos participantes dessa pesquisa. Foi graças à vocês que uma simples ideia ganhou força e se concretizou. Minha gratidão eterna à todos. Que o futuro lhes reserve o que o mundo tem de melhor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Aos professores da linha de pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, professor doutor Eder da Silva Silveira, professora doutora Cheron Zanini Moretti e em especial ao meu orientador professor doutor Moacir Fernando Viegas, pela atenção constante, pelo comprometimento, pela compreensão e empatia nos momentos em que quase fraquejei, pela paciência e por ser a luz que me guiou para fora da caverna em que me encontrava, muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender as trajetórias de educação e trabalho de usuários de substâncias psicoativas que utilizam o serviço ofertado pelo CAPS AD III na cidade de Santa Cruz do Sul, RS, e os significados que possuem hoje na vida desses sujeitos. O estudo utilizou a metodologia qualitativa e como técnica principal a entrevista semiestruturada realizada com um total de cinco participantes, as quais tiveram seu áudio gravado e posteriormente analisadas pelo método da análise de conteúdo. Os resultados apontam que os participantes da pesquisa iniciaram seu percurso no mundo do trabalho ainda jovens, em especial no trabalho informal, motivados pela necessidade de ajudar nas despesas familiares ou mesmo para sair do ambiente familiar conflituoso. A pesquisa também identificou que começaram com o uso de substâncias psicoativas no período compreendido entre a infância e a adolescência motivados pela curiosidade, por eventos traumáticos ocorridos dentro do seio familiar ou pela influência dos amigos dentro do círculo social. Com relação às trajetórias escolares, foi observado que a formação escolar dos pais reflete na importância dada aos estudos dos filhos, sendo que da amostra participante dessa pesquisa somente dois deles tiveram a oportunidade de uma educação de nível superior. Os demais relatam diversos eventos que foram motivadores para o desinteresse pela escola, o que, em geral, gerou percepções de perda de oportunidades ao longo da vida.

Palavras-chave: Saúde mental. Trajetórias de vida. Educação e trabalho. Dependência química.

ABSTRACT

This research aimed to understand the education and work trajectories of psychoactive substance users who use the service offered by CAPS AD III in the city of Santa Cruz do Sul, RS, and the meanings they have today in the lives of these subjects. The study used the qualitative methodology and as the main technique the semi-structured interview conducted with a total of five participants, who had their audio recorded and later analyzed by the content analysis method. The results indicate that the research participants started their journey in the world of work at a young age, especially in informal work, motivated by the need to help with family expenses or even to leave the conflicting family environment. The research also identified that they began with the use of psychoactive substances in the period between childhood and adolescence motivated by curiosity, traumatic events within the family or the influence of friends within the social circle. Regarding school trajectories, it was observed that parents' educational background reflects the importance given to their children's studies, and of the sample participating in this research only two of them had the opportunity for a higher education. The others report several events that motivated the lack of interest in school, which generally generated perceptions of loss of opportunities throughout life.

Keywords: Mental Health. Trajectories of life. Education and work. Chemical dependency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CT	Comunidade Terapêutica
DCTM	Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações
EJA	Educação para Jovens e Adultos
FUNAD	Fundo Nacional Antidrogas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SPA	Substância Psicoativa
SUS	Sistema Único de Saúde
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Aproximação com o tema.....	10
Problema de pesquisa.....	14
Objetivo geral.....	14
Objetivos específicos.....	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1.1 Um pouco sobre a história das drogas e a política proibicionista do início do século XX	15
1.2 As políticas públicas para usuários de substâncias psicoativas.....	19
1.2.1 O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD III.....	22
1.3 Dependência química e sociedade	24
1.3.1 A socialização	24
1.3.2 Perfil sociodemográfico de dependentes químicos	25
1.4 O dependente químico numa sociedade excludente	28
1.4.1 O estigma e a discriminação	30
1.4.2 A mulher no contexto da dependência química: estigmatizada e discriminada.....	34
2 METODOLOGIA.....	37
3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	42
3.1 Percepções e significados da educação: da infância à vida adulta	42
3.1.1 Formação dos pais	43
3.1.2 Lembranças do período escolar: a educação formal.....	44
3.1.2.1 A problemática da evasão escolar	52
3.1.3 O aprendizado fora dos muros escolares: a educação informal.....	59
3.1.4 A intencionalidade na busca por conhecimento: a educação não-formal	62
3.2 O trabalho e seus diferentes significados para o dependente químico	65
3.2.1 As trajetórias de trabalho e a satisfação em trabalhar	66
3.2.2 Precarização, desregulamentação e experiências negativas de trabalho.....	69
3.2.3 A precarização do trabalho em diferentes grupos.....	74
3.3.4 Trabalho e dependência química	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	89
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	89
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	92

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente na história da humanidade, sendo utilizada por diferentes povos e culturas para fins medicinais e religiosos, entre outros tantos. Ao longo do tempo e com as transformações socioculturais que vieram, o uso de tais substâncias ganhou significados diversos e, sem dúvida, a imagem estigmatizante do seu uso permanece até hoje com forte poder sobre o pensamento nas sociedades em geral.

A discriminação que os usuários sofrem apresenta-se como outro fator relevante nessa discussão, uma vez que ao fazerem uso abusivo e compulsivo de tais substâncias, são levados a situações de vulnerabilidade social e econômica que geram grandes impactos nas suas vidas, como a perda do emprego e a fragilidade dos vínculos familiares que ainda por ventura existam.

O uso de substâncias psicoativas ainda na fase da infância é outro fator que pode levar o usuário a diversas formas de exclusão e vulnerabilidades, como o afastamento da escola e do trabalho formal, causando assim dificuldades de inserção numa sociedade predominantemente capitalista e de consumo.

Percebe-se também que a ideia vinculada nas grandes mídias de que os usuários são, de forma generalizada, bandidos, ladrões e perigosos demonstra uma visão preconceituosa, ingênua, limitada e rasa sobre a complexidade que envolve este assunto, dificultando o entendimento, tanto da sociedade, como das famílias sobre a dependência química, bem como a procura por tratamento adequado, gerando, cada vez mais, afastamento dos serviços especializados de saúde e também o aumento da discriminação e do preconceito.

Esse trabalho é atento a todas essas questões. Reconhece o usuário de substâncias psicoativas como sujeitos que, apesar de terem em comum a dependência de alguma(s) substância(s) química(s), possui particularidades que o definem como indivíduo, cada um com sua trajetória de vida particular. Compreende também que são pessoas que possuem desejos e sonhos com relação à vida, que são pais e filhos, que têm medos e inseguranças, que desejam ter o seu lar, que desejam tranquilidade e segurança, que aspiram conforto, paz e tranquilidade, enfim, que possuem esperanças e almejam dias melhores, como toda e qualquer pessoa.

Nesta introdução, buscamos no desenvolvimento dessa dissertação abordar os capítulos da seguinte forma: no capítulo 1.1, sob o título “Um pouco sobre a história das drogas e a política proibicionista do início do século XX”, abordamos que significados possuíam e como a utilização de substâncias químicas foi adquirindo diferentes sentidos ao longo da trajetória humana, a influência das religiões nesse processo e como a perseguição e a demonização do uso de drogas foram responsáveis por uma política de perseguição e discriminação.

O capítulo 1.2 traz por título “As políticas públicas para usuários de substâncias psicoativas”, onde abordamos as políticas atuais vigentes no país, suas propostas e orientações com relação ao tratamento para dependência. Assim, vemos como importante fortalecer o conhecimento da política que direciona o tratamento da dependência química por todas as pessoas, profissionais ou não, bem como a compreensão de todas as possibilidades e recursos disponíveis para esse público em específico. Desenvolvemos também os seguintes subcapítulos: O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD III; dependência química e sociedade; a socialização; perfil sociodemográfico dos dependentes químicos; o dependente químico numa sociedade excludente; o estigma e a discriminação e a mulher no contexto da dependência química: estigmatizada e discriminada.

No terceiro capítulo, a partir da pesquisa realizada junto a dependentes químicos usuários do serviço no CAPS AD III, foram identificadas duas grandes categorias, organizadas com base na análise do conteúdo das entrevistas: 1) Educação e 2) Trabalho. A partir dessas categorias principais aprofundamos questões como: percepções e significados da educação: da infância à vida adulta; formação dos pais; lembranças do período escolar: a educação formal; a problemática da evasão escolar; o aprendizado adquirido fora dos muros escolares: a educação informal; a intencionalidade na busca por conhecimento: a educação não-formal; o trabalho e seus diferentes significados para o dependente químico; as trajetórias de trabalho e a satisfação em trabalhar; precarização, desregulamentação e as experiências negativas de trabalho; a precarização do trabalho em diferentes grupos e trabalho e dependência química. Buscamos, dessa forma, abordar as trajetórias de vida dos sujeitos participantes dessa pesquisa relacionadas a trabalho e educação a partir de suas narrativas.

Aproximação com o tema

Em novembro de 2014 fui convidado a retornar para Santa Cruz do Sul para integrar a equipe de profissionais do Centro de Assistência Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), serviço este que funciona 24 horas, proporcionando cuidados e tratamento para usuários dependentes de substâncias psicoativas (SPA). A parcela de sujeitos que encontram-se em situação de vulnerabilidade, em geral, constitui-se de pessoas com baixa escolaridade, alguns encontrando-se em situação de rua. Durante o acolhimento inicial, estes usuários relatam aos profissionais perda ou fragilidade dos vínculos familiares e que garantem sua subsistência por meio de empregos informais ou programas de assistência dos governos municipal e federal.

Importante destacar aqui que uma grande parcela dos pacientes que frequentam o serviço encontra-se estável¹ e realiza a manutenção do seu tratamento participando de grupos e oficinas terapêuticas, atendimentos individuais, de enfermagem, psicoterapia e consultas médicas (tanto clínicas quanto psiquiátricas).

Entretanto, há uma parcela de pacientes que precisa de um olhar constante e mais intensivo, pois necessitam do serviço com maior frequência em função das constantes recaídas.

Os profissionais que atuam no tratamento para dependência química realizam diversos questionamentos no dia a dia do exercício profissional. Que fenômenos ao longo da vida levaram estes sujeitos a essa condição? Que auxílio estão recebendo e o que estão fazendo para ter mais qualidade de vida? Desejam eles mudar ou é a nossa interferência e desejo pessoal que, de certa forma, tenta “colonizar” o outro e enquadrá-lo numa ordem que julgamos ser a correta?

Nos anos que se passaram, observando pacientes que completavam todo o plano terapêutico indicado, prescrito e elaborado, um sentimento novo se apresentou: frustração. Após algum tempo (variável em cada caso), e tentativas que nem sempre alcançavam o sucesso de arrumar algum trabalho buscando a inserção social, vários pacientes retornavam na mesma condição, recaídos, procurando abrigo e proteção, alguns ameaçados de morte por dívida não paga, sem documentos (que geralmente ficam como garantia em alguma “boca de tráfico”), irritados, por vezes agressivos, exigindo internação imediata. O número de casos aumenta exponencialmente; as políticas públicas bem como a sociedade fazem pouco caso e aquela sensação de estar “enxugando gelo” se faz presente.

A partir daí, surgiram alguns questionamentos, na esperança de encontrar caminhos ou saídas mais eficazes do que vem sendo feito e ofertado até então. De que forma, após o tratamento, esses sujeitos poderiam melhorar suas condições de vida, garantindo sua própria subsistência, empregados, buscando sua autonomia, independentes, emancipados, podendo seguir com sua vida de forma menos vulnerável? Essas perguntas, então, me visitavam constantemente.

Costa (2005), ao comentar sobre as perguntas que movem o pesquisador, diz que:

As perguntas de que me ocupo, aqui, são aquelas que dão sentido ao trabalho investigativo, aquelas que mobilizam quem pesquisa, remexem todo o campo dos saberes e deixam tudo em aberto, num misto de incerteza e promessa. Tais perguntas emergem de uma certa insatisfação, de uma certa instabilidade, de uma certa dúvida,

¹ O termo *estável* é utilizado com frequência entre os profissionais de saúde referindo-se ao paciente que encontra-se clinicamente em um melhor estado de saúde. Especificamente com relação a dependência química o termo é utilizado para aqueles pacientes que, ou estão em abstinência, ou reduziram seu consumo (redução de danos). Em que há constância; que tende a durar; duradouro.

de uma certa desconfiança, de uma certa insegurança aventureira que fazem do perguntar, como diz Hans-Georg Gadamer (1999), “mais um padecer que um fazer” (COSTA, 2005, p. 200).

Ao realizar o primeiro atendimento (chamado de “acolhimento” e/ou “entrevista inicial”), a baixa escolaridade da maioria dos pacientes que procuram o serviço chamou a atenção. Como dito anteriormente, o serviço presta atendimento para uma diversidade de perfis de usuários, cada um com suas particularidades. Teria isso então relação com a dificuldade de conseguir encontrar emprego formal? Provavelmente sim, mas afirmar que essa seja a única causa ou explicação para a dificuldade de inserção social, autonomia e independência do sujeito, seria ingenuidade, levando a um diagnóstico equivocado e superficial.

A angústia do que fazer me instigou a pensar alternativas, pois, como bem afirma Costa (2005, p. 200), “nenhuma indagação nasce do vazio, sem um território e sem um tempo que fecunda as ideias, as dúvidas, as inseguranças”. Eu tinha o lugar, o tempo, as inseguranças e os questionamentos.

Tenho consciência, dia após dia, de que apesar dos esforços empregados nessa pesquisa, ela não entregará respostas conclusivas acerca do assunto em questão. Ao contrário, tomo ciência de que aquela angústia inicial, que lança o pesquisador ao processo da pesquisa, irá sim contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o tema em questão, trazendo mais e mais perguntas sobre esse universo e esses sujeitos, tendo a percepção de que a lente que utilizo para fazer tais questionamentos é muito distante da realidade e condições à que estão submetidos esses sujeitos.

Entretanto, apesar dessa “distância”, o fato de presenciar essas dificuldades diariamente motiva a procura de alternativas e propostas de tratamento e cuidado diferenciados.

Um dos desafios que se apresenta a pesquisadores e pesquisadoras de hoje é exatamente este: articular velhos temas e novos problemas. Se o que pretendemos é contribuir para que aconteçam as mudanças que consideramos necessárias, torna-se urgente e politicamente importante nos voltarmos para as contingências históricas, para as configurações singulares e variadas que assumem inúmeras questões, pois, apenas sobre estas, é possível engendrar ações coletivas (VEIGA-NETO apud COSTA, 2005, p. 208).

Conforme Costa (2005, p. 211), as perguntas nascem dessas observações e transformações culturais, pois “estas movimentações na cultura, segundo meu ponto de vista, estão no epicentro das tensões entre teoria e pesquisa, entre as concepções de mundo e as perguntas que podem e precisam ser feitas”.

Penso que uma pergunta pode proporcionar um novo olhar através da pesquisa e fomentar o debate e a reflexão sobre o assunto. Esse “incômodo” que motiva o pesquisador nasce de variadas formas, nesse caso específico, da observação e do olhar atento durante a prática do exercício profissional, que seria imperceptível e passaria despercebido se assim não o fosse.

Um dos objetivos dessa pesquisa é justamente isso, fazer ver o que está subterrâneo, bem como alertar sobre algo que está latente e que, mesmo que a sociedade e os poderes públicos não queiram enxergar, continua a se desenvolver a passos rápidos. Sarlo (apud COSTA, 2005, p. 201), resume bem esse pensamento quando afirma que “se trata antes de perguntar para *fazer ver*, do que para encontrar, de imediato, um plano de ação. Não são perguntas sobre *o que fazer*, mas sobre *como armar uma perspectiva para ver*”.

Nesse sentido, nos propomos a trabalhar nessa pesquisa com as trajetórias de vida de pacientes, dependentes químicos, usuários de um CAPS AD III, com o objetivo de analisar aspectos relacionados ao trabalho e educação, buscando dar voz a essas pessoas e contribuindo com os profissionais de diferentes áreas que têm o olhar voltado para esse público, auxiliando a identificar com maior clareza suas reais necessidades e dificuldades enfrentadas no dia a dia.

Como afirma Dubet (2015), “minha posição sociológica é sempre a mesma, isto é, falo das experiências dos atores sociais”:

Eu prefiro ouvir o que dizem as pessoas que estão envolvidas diretamente no problema. Então não vou perguntar se a França é um país pós-colonial, quero ver as pessoas que são vítimas potencialmente disso. Não vou questionar se as mulheres são sistematicamente discriminadas, vou procurar essas mulheres e perguntar: como isso ocorre para você? (DUBET, 2015, p. 159).

Acredito que diversos são os motivos que levam o(a) pesquisador(a) a se lançar no propósito de pesquisar sobre determinado assunto: uma angústia pessoal que inquieta e desconforta; a reflexão e a discussão que os resultados poderão proporcionar; o conhecimento e aprofundamento gerados sobre um tema específico; enfim, causas multifatoriais e subjetivas que permeiam o dia a dia do pesquisador atento e observador sobre os fenômenos ao seu redor. Esse trabalho não foge a esse pensamento, pois nasceu em um lugar específico, sob o olhar atento, observado, refletido e discutido frequentemente com outros pares, na tentativa de entender melhor as nuances desse processo complexo e multifatorial que é a dependência química, com a humilde intenção de que sirva para contribuir para o esclarecimento acerca da complexidade que envolve este assunto, quer seja para a sociedade, quer seja para os profissionais que trabalham diretamente ou não com esse público e que são fundamentais durante o processo de tratamento.

Problema de pesquisa

- Como se caracterizam as trajetórias de trabalho e educação de dependentes químicos usuários de um CAPS AD III, segundo suas narrativas?

Objetivo geral

- Descrever e analisar as trajetórias de trabalho e educação de dependentes químicos usuários de um CAPS AD III com base em suas narrativas.

Objetivos específicos

- Analisar as percepções que os sujeitos da pesquisa possuem com relação a importância da educação e da escolaridade em suas vidas;
- Contribuir para a qualificação da oferta dos cuidados dispendidos a esse público.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Um pouco sobre a história das drogas e a política proibicionista do início do século XX

Segundo Melo e Maciel (2016, p. 78), o uso de drogas “sempre esteve presente na história da humanidade e, ao longo do tempo, cada sociedade se encarregou de delimitar suas formas de uso, de acordo com o seu contexto cultural.” Uma das finalidades para a qual a droga era utilizada, e que aparece mencionada em vários trabalhos é com finalidade religiosa, como destaca Silva et al. (2010, p.586), onde afirma que “as culturas primitivas atribuíam o uso de substâncias psicoativas a uma necessidade religiosa ou medicinal e, dessa maneira, era permitido o consumo criterioso da substância, o que reduzia em grande parte seu potencial de abuso.”

Compreender que substâncias alucinógenas foram utilizadas pela humanidade desde os primórdios torna-se crucial para entender a dimensão deste assunto. Essa definitivamente não é uma invenção dos tempos atuais e pode-se afirmar que essa prática faz parte do comportamento humano há muito tempo.

Nesse sentido, Melo e Maciel (2016) observam que as drogas nem sempre foram tidas como geradoras de problemas e além do seu uso para fins religiosos também eram utilizadas em outros contextos, dentre os quais o místico, social, econômico, medicinal, cultural, psicológico, climatológico, militar e o da busca do prazer. Ressalte-se, ainda, que “drogas são todos os fármacos, não se limitando somente àquelas substâncias que são alvo de algum controle ou repressão por parte do Estado” (MELO; MACIEL, 2016, p.78). Segundo os autores, o uso das plantas foi condenado pela Igreja Católica a partir da Idade Média, quando esta passou a considerá-las diabólicas e como sinônimo de feitiçaria.

A Igreja Católica perseguia religiões pagãs e culturas antigas que utilizavam plantas alucinógenas em seus rituais, pois tais usos objetivavam experiências transcendentais e místicas, em que os indivíduos relatavam falar com os seus deuses. Nesse sentido, o uso dessas substâncias fugia ao controle da Igreja, que pregava que só através da religião cristã podia-se chegar a Deus (MELO; MACIEL, 2016, p.78).

Percebe-se que a Igreja, desde a Idade Média, adota práticas que visam manter o controle hegemônico sobre as pessoas bem como sobre outras religiões, desacreditando e discriminando tudo o que não esteja de acordo com sua doutrina religiosa. Relacionar o uso dessas substâncias a práticas demoníacas foi o meio escolhido para lhes tirar o sentido que tinham até então.

Melo e Maciel (2016, p.78) observam que as plantas “ficaram estigmatizadas e o seu uso era objeto de perseguição, a tal ponto que o emprego de drogas para fins terapêuticos

tornou-se sinônimo de heresia, sendo o sofrimento concebido como uma forma de aproximação a Deus” e, não raro, os tribunais da Inquisição puniam com tortura e morte aqueles que viessem a utilizar poções e unguentos.

Conforme citado acima, a Igreja tentava de todas as formas manter a dominação inclusive sobre a saúde das pessoas, bem como sobre as práticas medicinais, não permitindo que esse conhecimento fosse de domínio popular ou usado pelas demais religiões. Começa então a estigmatização dessas substâncias.

A representação das drogas e de seus usuários perpassa o prisma religioso, em que a droga é tida como um mal, a dependência química, vista como algo do Diabo, e o usuário de drogas, possuído por forças malignas que o afastam do “Projeto de Deus” para a vida do homem. O demônio é, assim, o principal indutor dessa prática. O uso de drogas é visto como uma maldição, pecado ou culpa e a fé vista como o único meio de resolução (MELO; MACIEL, 2016, p.78).

Importante observar como esse pensamento ainda perdura até os dias de hoje, encontrando-se fortemente enraizado na sociedade em geral. Esse paradigma social é percebido nas relações cotidianas, no dia a dia da sociedade, no tratamento estigmatizado e discriminatório para com o usuário de drogas. O preconceito para com o usuário de drogas levou o estado a adotar políticas de repressão com a intenção de reprimir tanto a prática como o próprio usuário, historicamente conhecida como a política proibicionista.

Segundo Melo e Maciel (2016), a política proibicionista teve começo nos Estados Unidos, no início do século XX, com algumas movimentações no sentido de criar regulamentações sobre as drogas. Esse movimento foi liderado por grupos de igrejas e associações protestantes e era ligado a concepções religiosas que condenavam o uso de drogas.

Cabe destacar que, desde a Idade Média até o início do século XX, a presença da Igreja foi, e ainda é, constante no que se refere à criminalização e demonização do uso das drogas. Esses movimentos contribuíram para que o usuário fosse estigmatizado como alguém indigno do convívio social com as demais pessoas.

Constituído por uma série de leis e decretos que proibiam e criminalizavam o uso e o comércio de drogas no país, esse aparato previa penas que determinavam a exclusão dos usuários do convívio social, propondo a sua permanência em prisões, sanatórios e, a partir da década de 1970, em hospitais psiquiátricos. (MELO e MACIEL, 2016, p. 80).

Essa prática de exclusão do convívio social é ainda adotada nos dias de hoje no que tange o tratamento ofertado ao usuário de drogas. A família em particular (e não raro o próprio usuário), acredita que quanto mais longe de casa e quanto maior o tempo de internação em

unidades fechadas, maior a chance de se alcançar o sucesso no tratamento. Essa forma de “cuidado” não foi, e nem é, exclusividade do tratamento para o dependente químico, já sendo utilizada em outras enfermidades como a Hanseníase, onde os portadores da doença eram levados para asilos/colônias compulsoriamente, na maioria das vezes sem o conhecimento das famílias e onde permaneciam por décadas.

No Brasil, a política proibicionista surge com o fim da escravidão. Segundo Lunardon (2015, p. 6), a “necessidade da repressão às drogas nasce com as contradições do processo de abolição da escravatura no Brasil, em 1888.” Com a perda da ferramenta da escravidão é necessário criar outras formas para controlar a cultura negra que agora luta para fazer parte do tecido social existente. “Não se pode correr o risco de os negros impregnarem os brancos e seus costumes, diziam à época políticos, governantes, cidadãos” (LUNARDON, 2015, p.6).

Interessante notar que medidas de segregação e exclusão não foram exclusividade do Brasil, tendo sido adotadas em outros países como os Estados Unidos. Com a abolição da escravatura americana, uma massa gigantesca de negros (antes mão de obra gratuita), estava agora livre das obrigações do trabalho forçado. A 13ª Emenda (que abolia a escravidão em todo o território), foi acrescentada à Constituição Americana e promulgada em 1865. A emenda deixava claro que “não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, **salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado**” (grifo nosso). Não demorou muito para que essa “brecha” na emenda fosse identificada e o impacto disso na vida dos afro-americanos fosse sentido e percebido até os dias de hoje.

Com o fim da escravidão, a pergunta era esta: o que fazer com os quatro milhões de negros alforriados que faziam parte ativa do sistema econômico do país? O que fazer com essa formidável força de trabalho gratuita? Os negros começaram a ser presos por motivos fúteis. Vadiagem, porte de pequenas quantidades de maconha. (E atenção: lá e aqui, neste nosso Brasil/Colônia atual, a mesma manobra sórdida prevalece). Os negros eram presos sem provas. Por convicção dos seus crimes. E por presunção de culpa (REIS, 2017).

Na verdade, segundo Reis (2017) a guerra total contra as drogas “foi uma guerra contra as comunidades negras. Enquanto a cocaína corria solta nos subúrbios ricos, o crack invadia as comunidades de afro-americanos. Era 1982 e Nixon oficializava a guerra total contra as drogas”. O resultado: encarceramento em massa levando à privatização do sistema carcerário nos Estados Unidos, uma vez que este quase entrou em colapso pois se tornou extremamente oneroso para o estado sua manutenção.

Conforme destaca Reis (2017), as empresas proprietárias das cadeias contam com subsídio do estado, cujo valor depende do número de presos recebidos, sendo que, em média, o governo repassa 200 dólares por cada detento. A empresa oferece também força de trabalho compulsório desse preso a diversas corporações (Victoria Secret, Boeing, J. Penney), cujos produtos são fabricados pelos detentos, sendo pago a ele, por dia de trabalho, o equivalente a um dólar. Um modo bastante “interessante” de aproveitar toda essa mão de obra que agora “não encontra-se mais escravizada”.

Entre 1970 e 80 a população carcerária dos Estados Unidos quase dobrou e a mídia reforçava o racismo no cidadão branco e estimulava o medo dele do negro. Estuprador, consumidor de droga, batedor de carteira, vagabundo. Hoje, nos bairros populares, os assassinatos nas ruas, por policiais, se sucedem e os agentes “da lei e da ordem” em geral não são punidos (REIS, 2017).

De volta ao Brasil, o decreto federal de 6 de julho de 1921 instaura de fato a criminalização do uso da maconha no território brasileiro. Lunardon (2015) chama a atenção para duas questões principais e curiosas do documento: o primeiro é o fato do usuário ser punido muito mais severamente do que o comerciante ou produtor, uma demonstração clara de que o foco da criminalização era voltado ao hábito social do uso. O segundo aspecto que chama a atenção diz respeito ao nome sugestivo do órgão encarregado de tratar das questões das drogas: Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações (DCTM).

Além do aumento do consumo de drogas (principalmente a maconha), outros fenômenos se alastravam pela sociedade e mereciam o controle das autoridades como o samba, a capoeira e a umbanda, todos relacionados a cultura negra brasileira.

A Delegacia criada no Rio de Janeiro, em 1934, para tratar dos crimes dessa nova droga ilícita, era a mesma encarregada de controlar e reprimir as rodas de samba, a prática da capoeira e os ritos da umbanda – todas estas práticas características da cultura dos ex-escravos negros. Nada mais evidente de que se reprimiam elementos da cultura negra como política pública para a criminalização desta população. A Delegacia atuou não somente na repressão ligada ao proibicionismo, mas também na da cultura religiosa e do folclore negro, elevando ao nível criminoso a prática de certos hábitos desta população (LUNARDON, 2015, p. 9).

Percebe-se por parte do Estado a criação de leis que ou beneficiam ou criminalizam uma determinada parcela da população, de acordo com seus interesses e de outros segmentos da sociedade. Vários foram os argumentos criados para a demonização e criminalização do usuário

de drogas e não raro pesquisas científicas inexistentes foram citadas para justificar determinadas políticas e ações que afetavam diretamente as classes mais baixas da população. Segundo Lunardon (2015, p. 10), na década de 1930, pesquisas alegavam que o uso da *cannabis* “provocava nos negros e latinos, preguiça, vagabundagem e desejos sexuais incontrolláveis, estes últimos levando ao estupro e a práticas sexuais condenáveis, como as orgias.” Como contestar os “maestros da medicina”?

Com o passar do tempo, conforme o entendimento sobre esse assunto foi aumentando e o fracasso com relação ao tratamento atestava para o fracasso da reabilitação, as políticas públicas para usuários de substâncias psicoativas foram sofrendo alterações. Abordaremos a seguir as propostas e orientações da política pública atualmente em vigência no país.

1.2 As políticas públicas para usuários de substâncias psicoativas

A política pública brasileira sobre drogas é comandada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), que foi criada pela medida provisória nº 1669, de 1998, e posteriormente transferida para a estrutura do Ministério da Justiça pelo Decreto nº 7.426, de 7 de Janeiro de 2011. Assim como o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) e a gestão do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), a Senad é formada pelas diretorias de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais; Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas; Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas; e Planejamento e Avaliação de Políticas sobre Drogas.

Dentre as várias competências da Senad, destacamos as descritas nos incisos II e VI (BRASIL, 2017), que visam articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, e também “atuar em parceria com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, assim como governos estrangeiros, organismos multilaterais e comunidades nacional e internacional, na concretização das atividades constantes do inciso II”.

Em 27 de outubro de 2005, o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), sob a resolução nº 03, aprovou a Política Nacional sobre Drogas (PNAD). Conforme afirma o manual sobre Políticas Públicas e Drogas do Governo Federal, o PNAD é o marco de uma nova etapa de atuação do governo na abordagem de assuntos relativos à redução da demanda e da oferta de drogas.

Com o objetivo de realinhar a política vigente desde 2001, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), desenvolveu um amplo processo democrático com participação

governamental e popular. Para tanto, foram considerados os contextos regional, nacional e internacional para que se alcançassem os objetivos desejados.

Mencionaremos aqui alguns pressupostos da Política Nacional sobre Drogas, com o objetivo de esclarecer melhor suas propostas norteadoras. Dentre os mesmos, destacamos: reconhecer as diferenças entre usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada; tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas; garantir o direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas; priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade; não confundir as estratégias de redução de danos como incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção; garantir a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos; pesquisar, experimentar e implementar novos programas, projetos e ações, de forma pragmática e sem preconceitos, visando à prevenção, tratamento, reinserção psicossocial, redução da demanda, oferta e danos com fundamento em resultados científicos comprovados.

Entre seus objetivos, destacamos aqui os mais específicos com relação ao tema dessa pesquisa: reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade; garantir a realização de estudos e pesquisas visando à inovação dos métodos e programas de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde.

Em seu capítulo 2, o caderno sobre Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil aborda questões referentes ao tratamento, recuperação e reinserção social. Há a orientação de que diferentes modalidades de tratamento e recuperação, bem como reinserção social e ocupacional devem ser identificadas, qualificadas e garantidas como um processo contínuo e permanente para os usuários, seus dependentes e familiares.

A pesquisa científica com foco no tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional é também incentivada, sendo que as que tiverem resultados positivos devem ser multiplicadas, com a garantia de alocação de recursos técnicos e financeiros.

Meios necessários devem ser garantidos à realização de estudos, análises e avaliações sobre as práticas das intervenções públicas e privadas, nas áreas de prevenção, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, redução da oferta, considerando que os resultados orientarão a continuidade ou a reformulação dessas práticas (BRASIL, 2011, p. 23).

Sabendo de toda a complexidade que envolve o universo do dependente químico, ações que promovam a reinserção familiar, social e ocupacional são estimuladas, principalmente na etapa da recuperação, pois são vistas como meios capazes de romper o ciclo consumo/tratamento. Mais especificamente, com relação a atividade ocupacional, a implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda é vista como elemento redutor de dano social.

Também fazem parte das políticas a implementação de diversas modalidades de tratamento, e sempre é possível identificar dentre elas a questão da reinserção social e a atividade ocupacional como norteadores dessas ações.

A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que, entre outros, prescreve medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Possui entre seus objetivos o de contribuir para a inclusão social do cidadão, visando torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, o tráfico ilícito e outros comportamentos relacionados.

No capítulo II das Atividades de Atenção e de Reinserção Social de Usuários ou Dependentes de Drogas, o art. 21 da mesma lei destaca que “constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais”. É bem verdade que o uso compulsivo de drogas pode levar a perdas importantes, sejam elas familiares, de trabalho e, até mesmo, de saúde, causando o que tem sido chamado de “exclusão social”. Dentre os objetivos do tratamento, não só a abstinência deve ser buscada, mas também a redução de danos deve ser oportunizada, respeitando as condições e desejos com que cada usuário chega ao serviço, bem como a sua relação no momento com a(s) substância(s) utilizada(s).

Exigir total abstinência, mesmo que a princípio possa parecer uma ideia tentadora, é de certa forma oprimir todo o usuário que busca tratamento, reduzindo as possibilidades de promoção da saúde. A nosso ver, a reinserção social está intimamente relacionada com essa relação do usuário com a substância utilizada, mas também com o acesso desse sujeito a espaços de uso público, sejam eles de lazer como praças, quadras de esporte, entre outros, bem como a serviços de saúde e a todos os direitos reservados às pessoas em geral. Na sequência, o art. 22 orienta que, para se alcançar esses objetivos, os seguintes princípios e diretrizes devem ser observados:

I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais.

Há a possibilidade do repasse de recursos federais, estaduais, municipais e do distrito federal às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial (art. 24, p. 32).

Observa-se que a reinserção social do dependente químico está entre as ações propostas pelas políticas públicas destinadas à sua estabilização, ficando clara a importância desta para a pessoa com dependência química.

1.2.1 O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD III

O Centro de Atenção Psicossocial ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.

O primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Brasil foi inaugurado em março de 1986, na cidade de São Paulo. Foi denominado Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, e mais conhecido como CAPS da Rua Itapeva. A criação desse CAPS e de tantos outros, com outros nomes e lugares, fez parte de um intenso movimento social, inicialmente de trabalhadores de saúde mental, que buscavam a melhoria da assistência no Brasil e denunciavam a situação precária dos hospitais psiquiátricos, que ainda eram o único recurso destinado aos usuários portadores de transtornos mentais. (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, serviços de saúde mental surgem em vários municípios do país e vão se consolidando como dispositivos eficazes na diminuição de internações e na mudança do modelo assistencial. O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Para pacientes cujo principal problema é o uso prejudicial de álcool e outras drogas, passam a existir, a partir de 2002, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Estes devem oferecer atendimento diário a pacientes que fazem um uso prejudicial de álcool e outras drogas, permitindo o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua. Possibilitam ainda intervenções precoces, limitando o estigma associado ao tratamento. Assim, a rede proposta se baseia nesses serviços comunitários, apoiados por leitos psiquiátricos em hospital geral e outras práticas de atenção comunitária, como internação domiciliar, inserção comunitária de serviços, etc, de acordo com as necessidades da população-alvo dos trabalhos.

Apesar da educação não estar citada dentre os objetivos propostos pelo CAPS, pode-se observar que ocorrem diversas práticas educativas ofertadas no dia a dia de trabalho dos profissionais que atuam nesse serviço. Seja em um atendimento individual, grupo terapêutico ou oficina, muitos são os momentos em que o usuário do serviço é provocado a desenvolver um olhar crítico sobre si e o meio que o circunda, sobre sua condição de saúde ou ainda sobre um melhor entendimento sobre sua dependência química, bem como repensar de que forma pode atingir uma melhora da sua qualidade de vida. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

Em 26 de janeiro de 2012 a portaria nº 130 redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24h (CAPS AD III), passando agora a funcionar em regime de 24 horas e em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados. Passa a oferecer serviços de atendimento e tratamento a crianças, adolescentes e adultos de forma conjunta ou separadamente, sendo que no que se refere a crianças e adolescentes deverá se adequar ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sobre o seu funcionamento destacam-se, entre outros, o de acolher casos novos e já vinculados, sem agendamento prévio e sem qualquer outra barreira de acesso, regular o acesso aos leitos de acolhimento noturno, com base em critérios clínicos, em especial a desintoxicação e/ou critérios psicossociais, como a necessidade de observação, repouso e proteção, manejo e conflito. O processo de reabilitação psicossocial também deve ser prática adotada pelos CAPS AD III com relação ao seu funcionamento, devendo promover a inserção, proteção e suporte de grupo para seus usuários.

Com relação à atenção integral do usuário os CAPS AD III devem promover atividades de reabilitação psicossocial, tema este amplamente discutido nessa pesquisa. Para tanto, segundo esta portaria, o CAPS AD III deverá promover atividades de reabilitação psicossocial, tais como resgate e construção da autonomia, alfabetização ou reinserção escolar, acesso à vida

cultural, manejo de moeda corrente, autocuidado, manejo de medicação, inclusão pelo trabalho, ampliação das redes sociais, dentre outros. Os CAPS AD desenvolvem uma gama de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo ou oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Também devem oferecer condições para o repouso, bem como para a desintoxicação ambulatorial de pacientes que necessitem desse tipo de cuidados e que não demandem por atenção clínica hospitalar.

A equipe de profissionais é multidisciplinar, disponibilizando atendimentos individuais, psicoterapia, grupos terapêuticos, grupos para familiares, consultas médicas, oficinas terapêuticas, internações voluntárias e compulsórias e visitas domiciliares.

1.3 Dependência química e sociedade

1.3.1 A Socialização

Segundo Johnson (1997, p. 212), a socialização é “o processo através do qual indivíduos são preparados para participar de sistemas sociais” gerando, como consequências, tornar estáveis as disposições do comportamento assim adquiridas (BOUDON, 1990). A socialização também tem por função internalizar regras que são exteriores ao indivíduo, tornando-as suas, aumentando a solidariedade entre os membros do grupo (BOUDON, 1990). Essa interiorização de normas serve como instrumento de regulação social. Nesse sentido, o grupo não tem a necessidade de ficar lembrando a todo momento a existências dessas regras, já que foram internalizadas pelo sujeito.

Pansani (2018) corrobora essa definição destacando que a socialização é o processo pelo qual, ao longo da vida, a pessoa aprende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, adaptando-se ao ambiente social no qual deve viver. Não é rara a discussão desses fenômenos utilizados para moldar os sujeitos numa “ordem social aceitável”.

Entretanto, há divergências quanto a esse ponto de vista determinista da socialização para com os sujeitos, uma vez que os indivíduos não são passíveis durante esse processo, pois desempenham papel importante durante sua própria socialização.

Tem havido alguma controvérsia na sociologia sobre o poder da socialização de moldar os sentimentos, pensamentos, aparência e comportamento de pessoas. Embora todas as pessoas tenham que ser socializadas até certo ponto, se querem participar da vida social, há uma variação enorme na maneira como isso realmente acontece e nos resultados que produz. Em sociedades complexas, isso se deve em parte à variedade de experiências que as pessoas encontram em famílias, escolas, ocupações e comunidades. Mas, em todas elas, deve-se também ao fato de que os indivíduos não são passivos e que desempenham um papel importante em sua própria socialização,

na medida em que respondem de várias maneiras às pressões e influências sociais. (JOHNSON, 1997, p. 212)

Segundo Boudon (1990), a esta visão determinista, pode opor-se uma concepção mais flexível que toma em consideração a relativa autonomia do indivíduo, a capacidade deste para adaptar as disposições adquiridas às situações vividas, e mesmo para modificar quando necessário as normas e valores interiorizados em função de certos problemas que é chamado a resolver. Ao contrário do que se pode pensar inicialmente, o processo de socialização não ocorre somente durante a infância mas por toda a vida do sujeito, caracterizando-se por momentos de aquisição de novos papéis, de comportamentos e pensamentos, bem como com a perda de outros mais antigos (JOHNSON, 1997).

A vulnerabilidade social, em geral causada pela dependência química, pode levar o usuário de spas a experimentar a exclusão social. Esse fenômeno, muitas vezes, é gerador de discussões tanto no meio acadêmico como também entre os profissionais de saúde. Em geral, o senso tem a ideia de que todos aqueles que não circulam numa ordem social previamente estabelecida como a ideal estariam excluídos da sociedade. Esse pensamento é rotineiramente associado ao indivíduo que encontra-se “a margem” de uma sociedade, com dito anteriormente, tida como a ideal. Entretanto, observa-se que o meio social em que estes sujeitos circulam apenas difere do que é experimentado pela maioria das pessoas, não excluindo a adoção de certos códigos e condutas sociais entre os grupos onde circulam.

1.3.2 Perfil sociodemográfico de dependentes químicos

Os estudos que apresentam o perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos são de extrema relevância para todos aqueles que trabalham com a prestação de cuidado a esse público, uma vez que evidenciam, por meio dos dados coletados, a realidade desses sujeitos, bem como norteiam as práticas de tratamento relacionadas a dependência química.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 76,3 milhões de pessoas são dependentes de álcool e 15,3 milhões apresentam transtornos mentais e comportamentais em decorrência do uso de outras drogas, sendo que para 65%, em ambas as categorias, a expectativa de vida é inferior a 60 anos (CAPISTRANO et al., 2013). Silva et al. (2010, p. 587), cita dados da Organização das Nações Unidas (ONU), que afirmam que “cerca de 10% das populações que vivem nos grandes centros urbanos utilizam de forma abusiva algum tipo de substância psicoativa, indiferente do sexo, idade, nível de escolaridade, poder aquisitivo e condição de moradia.”

Nesse sentido, Silveira et al. (2001, p. 2002), aponta que as “variáveis ambientais, biológicas, psicológicas e sociais atuam simultaneamente influenciando a tendência ao consumo de drogas, levando à interação entre o agente droga, o sujeito indivíduo e a sociedade e o meio, contextos socioeconômico e cultural.”

No Brasil, de acordo com o II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas, 12,3% dos brasileiros são dipsomaníacos (alcoólatras) e 2,1%, incluindo ambos os sexos e todas as faixas etárias, são dependentes de outras drogas (CAPISTRANO et al., 2013). Destas, o crack desponta como a substância psicoativa que teve o maior crescimento entre usuários, frente às outras drogas.

No Brasil, houve um aumento considerável do consumo de drogas desde o ano de 2002, e o crack apresentou um dos maiores índices de crescimento. Uma pesquisa realizada em uma unidade de desintoxicação de adictos identificou que 80% eram dependentes dessa substância, ressaltando uma substituição progressiva do consumo da cocaína, maconha e tolueno (cola) a partir dos anos de 1990 (CAPISTRANO et al. 2013, p.239).

Estudos ressaltam o aumento progressivo do consumo de crack por brasileiros. Embora seu surgimento seja recente (década de 1990), esse entorpecente já adquiriu o mesmo perfil de consumo que outras substâncias psicoativas, com início precoce e associado a outros fatores e risco, como a influência dos pares, conflitos familiares e o meio social desfavorável. No entanto, em decorrência de sua característica farmacológica, possui um efeito destrutivo mais intenso, tanto social como biológico.

Especificamente com relação aos sujeitos participantes dessa pesquisa, observamos que o uso de alguma SPA (Substância Psicoativa) teve início no período que se estende entre a infância e a adolescência. Segundo Silva et al (2014), levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de SPA entre jovens, em nível mundial, assim como no Brasil, ressaltam que a iniciação vem ocorrendo na passagem da infância para a adolescência, trazendo riscos adicionais em decorrência da vulnerabilidade desta fase.

Para Silva et al (2014), a adolescência é uma fase da vida marcada por transformações psicossociais e busca da autonomia. Eventos negativos tais como falta de suporte familiar e social, condições socioeconômicas precárias, desvantagem educacional, entre outros fatores, aumentam a vulnerabilidade ao uso de SPA e outros agravos associados ao consumo dessas substâncias.

O uso de substâncias psicoativas na adolescência e juventude tem sido uma preocupação coletiva da contemporaneidade pela relevância social do tema, assim como pelo aumento

significativo dos índices de consumo, reforçando a gravidade do problema. Essa temática tem mobilizado esforços no sentido da produção de conhecimento sobre o fenômeno, assim como na busca de soluções que possam contribuir para minimizar danos, especialmente nos grupos mais vulneráveis, como a adolescência e juventude (SILVA et al, 2014).

Observamos ainda nos relatos dos sujeitos participantes dessa pesquisa que o uso de SPAS na infância e adolescência afetou a forma como os sujeitos se relacionaram com a escola. Muitos não prosseguiram com os estudos, o que, na visão deles, causou diversos prejuízos ao longo da vida, conforme aponta a autora.

O baixo nível de escolarização e a dificuldade de engajamento na escola têm sido apontados como potenciais fatores de vulnerabilidade entre adolescentes e adultos jovens, considerando que contribui de forma incisiva para a perpetuação deste ciclo, interferindo na inserção e permanência na escola e trabalho; conflitos nas relações pessoais e familiares, desencadeando condutas antissociais, aumento do uso e envolvimento com o narcotráfico. (SILVA et al, 2014, p. 741).

Nessa fase da vida, a busca espontânea e voluntária por tratamento é menor em comparação com os adultos jovens, sendo que os encaminhamentos são, em geral, por via judicial. Silva et al (2014) salientam que o consumo de SPA ilícita, como maconha, crack e cocaína constituem prática proibida no Brasil e sua utilização pode ser interpretada pela justiça como violação judicial. Os resultados do estudo de Silva et al (2014) confirmam pesquisas realizadas em outros contextos, com adolescentes usuários, onde é ressaltado que o envolvimento com a justiça precede a abordagem pelo Sistema de Saúde. Segundo os autores, é possível que as altas proporções de adolescentes encaminhados para o CAPS AD por via judicial para cumprimento de medidas educativas sejam consequência de comportamentos indesejados socialmente relacionados ao consumo de SPA, como, por exemplo, a realização de pequenos delitos que possibilitem a aquisição das drogas.

Quanto à idade de iniciação ao consumo, pesquisas apontam que o álcool e o tabaco são as drogas mais precocemente utilizadas, como podemos observar no caso da entrevistada Elisa, quando relata que iniciou com o consumo de álcool aos 12 anos de idade ao sair de casa para trabalhar. Estudo realizado na região sudeste do Brasil com usuários internados por consumo de drogas apontou que 45% dos homens e 37% das mulheres iniciaram o uso com menos de 15 anos e a maioria abaixo dos 20 anos (SILVA et al, 2014).

O estigma e o preconceito vivenciados ainda na infância acompanham de modo cruel a vida do dependente químico, uma vez que a sociedade costumeiramente exclui todos os que fogem do padrão social aceito e esperado. Portanto, os desafios da socialização para o

dependente químico ganham um significado especial nas suas trajetórias de vida. Entretanto, afirmar que estão excluídos da sociedade nos leva a propor o seguinte questionamento quanto a qual sociedade estamos falando.

1.4 O dependente químico numa sociedade excludente

No contexto dos sujeitos dessa pesquisa, determinados termos como inserção, reinserção e exclusão são frequentes. Muitos questionam as políticas públicas ofertadas aos usuários de drogas, alegando, muitas vezes, que não seriam pessoas merecedoras dos serviços oferecidos, pois, em sua visão, o dependente químico não cumpre com seus deveres de “cidadão” e, ao contrário, só causa “débito” para a sociedade.

Melo e Maciel (2016, p. 77) explicam que a dependência química é um fenômeno que possui “um caráter polissêmico, que se manifesta no tempo e no espaço e que possui vínculo estreito com os fatores sociais, como, por exemplo, a pobreza, a desigualdade social e os demais problemas da contemporaneidade.” Todas essas questões, que permeiam a vida do usuário de drogas, não são foco de interesse, pois ele é descrito como “uma pessoa a quem deve ser dirigida uma série de intervenções, sendo um misto de delinquente, pois furta, ameaça e agride, e doente mental, já que não tem controle sobre suas ações” (MELO; MACIEL, 2016, p. 84).

Isso evidencia-se na dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, locais de lazer e outros, fazendo com que o dependente químico busque conviver com seus pares em locais onde não sofram o olhar de reprovação da sociedade. Buscam os seus iguais, onde são aceitos e compreendidos, onde não sofram discriminação, onde sentem-se pertencidos.

Nesse sentido, é provável que mesmo após meses de tratamento, quando o paciente recebe alta do serviço ou comunidade terapêutica, voltando ele a frequentar o mesmo ambiente em que vivia anteriormente quando em uso, a probabilidade de recaída é expressiva. Como afirmam os autores, “o que domina a ação dos indivíduos é o sentimento de pertencer à comunidade” (DUBET e MARTUCCELLI, 1997, p. 243).

O sentimento de não pertencimento à sociedade causado pelo desemprego, abandono familiar, olhar de reprovação e às vezes por se encontrarem em situação de rua, leva o usuário de drogas a buscar outros espaços em que possa conviver de forma menos discriminatória:

Quando uma sociedade deixa de oferecer lugares reconhecidos pela coletividade a cada um de seus membros, perde o laço social fundador de sua coesão e não dispõe mais de legitimidade institucional e corre então o risco de viver uma crise de integração (SAINSAULIEU, 2001, p. 56).

Segundo Melo e Maciel (2016), tais evocações expressam uma despersonalização desses indivíduos, uma vez que esta representação não está objetivada nas características de uma pessoa que usa drogas, mas nas próprias drogas; nesse sentido, o indivíduo é confundido com a própria substância. Para Silva et al. (2010, p.586), “a sociedade, ao isolar culturalmente o usuário de drogas, faz com que muitos destes não compartilhem da expectativa e desejo de abstinência com os profissionais de saúde e sequer procurem atendimento, pois não se sentem acolhidos em suas diferenças.”

Melo e Maciel (2016), observam que a droga possui um status de ilegalidade que é transferido para a personalidade do usuário, trazendo uma série de implicações que, segundo os autores, solidificam a exclusão social do usuário, estimulando o isolamento social e dificultando o acesso ao tratamento. Como afirmam Melo e Maciel (2016, p. 83),

Essa questão é assinalada por Mota (2009), quando afirma que o termo “droga”, designado principalmente para referir-se às drogas ilícitas, conduz a uma representação moral da substância, que, por sua vez, é automaticamente transferida aos seus usuários.

Interessante observar que o isolamento, ou exclusão, poderá ocorrer em dois momentos para o dependente químico. Primeiro pelo estigma e preconceito sofridos, o que, dentre outras consequências, poderá ocasionar a desistência na procura pelo tratamento por não se sentirem acolhidos. Segundo, se por ventura vierem a buscar ajuda, é provável que sofram, o que denomino aqui de “a segunda exclusão”, pois a maioria dos tratamentos isola o dependente químico do contato social, acreditando que esta seja uma forma mais eficaz de terapêutica, trazendo melhores resultados para a sua recuperação durante o tratamento. “Constatou-se que a internação fechada por tempo prolongado é considerada como o tratamento ideal e a única alternativa para todos os usuários de drogas” (OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Cabe aqui destacar que esse pensamento é compartilhado pela maioria dos usuários e, não raro, os pedidos de internações “longe de casa” e “por bastante tempo” são solicitados à equipe. Para Melo e Maciel (2016), tal concepção não foge muito da forma com que eram tratados os doentes mentais em asilos e os usuários de drogas, conforme as políticas de tratamento vigentes no século passado.

Nesse sentido, observamos que o desconhecimento da maioria das famílias no que se refere à dependência química, dificulta de forma significativa as relações familiares e o tratamento do usuário de drogas. É comum as famílias adotarem uma postura de repressão, desvalorizando a participação do usuário durante o tratamento, postura esta que também é

identificada e praticada por profissionais e por serviços de saúde que prestam atendimento a esse perfil de usuários.

Dentre as opções e medidas adotadas pelas famílias, as internações involuntárias dos usuários de substâncias psicoativas encontram-se cada vez mais em voga, assunto este que encontra-se em discussão atualmente, diante do cenário político que estamos vivendo. Entretanto, para aqueles que trabalham com dependência química, é sabido que na maioria das vezes a internação compulsória não é resolutiva, sendo utilizada de maneira precipitada e irresponsável, em grande parte por familiares, que já não sabem de que outra forma se poderia tratar o usuário. A exclusão do meio social por longos períodos ainda é vista pela família como a alternativa mais eficaz no que tange a desintoxicação e a abstinência dos usuários de drogas, posicionamento este de fácil compreensão, já que diversas tentativas foram tomadas ao longo da vida na esperança de sua resolutividade. O que se observa na prática é que o desejo do usuário é, se não o principal, o fator que mais contribui para sua recuperação.

1.4.1 O Estigma e a Discriminação

Perda de vínculos familiares, desemprego, exclusão social, marginalização, discriminação. Durante a vida várias são as dificuldades e obstáculos que o dependente químico tem que transpor para conseguir se integrar novamente na sociedade. Dentre todos os obstáculos já citados anteriormente, a discriminação e a estigmatização sociais se apresentam de forma especial, uma vez que atingem diretamente a autoestima do sujeito, fazendo-o muitas vezes crer que não é possível uma mudança, pois ele já estaria “marcado” pela condição de dependente químico como sendo menos capaz.

Procurando compreender de que forma o dependente químico busca transpor essas barreiras e como isso se apresenta para esses sujeitos, esse capítulo tratará dessas questões, tendo em vista sua importância na discussão dessa pesquisa.

O dependente químico, além de todas as dificuldades e perdas impostas pela sua dependência, sofre também com a estigmatização da sociedade em razão da sua condição. O estigma, como veremos mais adiante, poderá levar à discriminação, o que na prática se caracteriza pelo fechamento de oportunidades, como, por exemplo o acesso a vagas de emprego, dificultando ainda mais o processo de inserção no mercado de trabalho.

Segundo o dicionário Michaelis, a palavra estigma vem do latim “*stygma*” e significa “picada”. Também era a marca resultante de um castigo aplicado ao corpo através do ferro quente com o objetivo de facilitar a identificação do indivíduo desonroso. Na religião, é descrito como as feridas feitas por alguns santos e religiosos em seus corpos, na tentativa de representar

as chagas de Jesus Cristo. Com um sentido figurado, a palavra estigma ainda tem o significado de algo que é considerado ou definido como indigno, desonroso ou com má reputação.

Segundo Goffman (1988), o termo estigma foi criado pelos gregos para se referir a sinais corporais que evidenciavam tanto algo de extraordinário como de mau sobre a pessoa que os apresentava. Feitos com cortes ou fogo, esses sinais serviam de alerta para identificar a presença de um criminoso, traidor ou escravo, alguém ao qual a presença deveria ser evitada.

A sociedade, em geral, cria meios de separar e categorizar as pessoas, permitindo que uns circulem em ambientes pré-determinados de acordo com os atributos que possuem, o que Goffman (1988) chama de ambientes sociais. Entretanto, as rotinas de relação social em ambientes estabelecidos poderão proporcionar a relação com “outras pessoas”:

Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor que “status social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Segundo o autor, se forem identificadas no estranho características que destoam do grupo, este poderá ser considerado como não merecedor daquele espaço: “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Entretanto, Goffman (1988) alerta que, em alguns casos, um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outro. Por exemplo, pessoas que deveriam possuir educação universitária para ocupar determinados cargos e, por não a possuírem, são obrigadas a esconder isso. Em outros casos, ao ocupar cargos onde a exigência de escolaridade não é exigida, a pessoa esconde que possui uma educação de nível superior para não ser considerada fracassada ou estranha ao grupo. Conforme Goffman (1988), há três tipos de estigma:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Uma questão importante levantada pelo autor é que, geralmente, o próprio indivíduo estigmatizado acaba acreditando não ser merecedor de certas garantias ou de que a sua exclusão de determinado ambiente social encontra justificativas pela sua condição estigmatizante: “seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma ‘pessoa normal’, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima” (GOFFMAN, 1988, p. 16).

Quando pessoas normais e estigmatizadas se encontram tentando manter uma conversação, ocorre, segundo o autor, uma cena fundamental da sociologia, pois, em muitos casos, ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. Ao entrar numa situação social mista, o indivíduo estigmatizado poderá responder antecipadamente de forma defensiva e, ao invés de se retrair, pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade.

Cabe ressaltar que é comum o pensamento de que tanto a discriminação quanto a estigmatização ocorrem de forma simultânea. Entretanto, nem sempre isso é verdade. Conforme Dubet (2015, p. 159), é possível observar que “[...] uma pessoa pode ser discriminada sem ser estigmatizada” e, continuando o autor “[...] algumas vezes, de maneira paradoxal, pode ser estigmatizada sem ser discriminada”.

A discriminação é um mecanismo objetivo que faz você dizer ou constatar que se fecham oportunidades, como as de empregos a negros, mulheres, imigrantes, etc. A estigmatização é um conjunto de atitudes depreciativas, estigmatizantes, pejorativas, que diz: “as mulheres são seres inconstantes”, “os imigrantes são pessoas desonestas”. Então a estigmatização é um julgamento negativo. A discriminação é um mecanismo objetivo. (DUBET, 2015, p. 159)

Para o dependente químico, tanto o estigma quanto a discriminação estão muito presentes no seu dia a dia pois, conforme Melo e Maciel (2016, p.77), “esses usuários são concebidos como pessoas que escapam do controle das regras legais e morais da sociedade, não se deixando encerrar no sistema social vigente.” A partir disso, a imagem do usuário de drogas é relacionada ao exemplo do fora da lei, do criminoso, do marginal, do delinquente, do indivíduo socialmente perigoso (MELO; MACIEL, 2016). Os mesmos autores destacam ainda que “essas representações têm como base a política proibicionista, a qual, com a criminalização do uso de drogas, fortaleceu a vinculação da figura do usuário com o criminoso e bandido, havendo a judicialização do uso de drogas” (2016, p. 85).

Os indivíduos se aproximam pela semelhança de ideias, interesses em comum, pensamentos, condições sociais, dificuldades pelas quais estão passando, entre outros. Muitos

procuram estar entre os seus semelhantes, que os compreendem e/ou que estão passando pelas mesmas situações de vida, o que legitima a afinidade e a proximidade.

Por exemplo, se você discrimina, eu diria, espontaneamente, é porque você prefere escolher as pessoas que você conhece. Neste caso, dou preferência a pessoas como eu porque, de alguma forma, a vida é mais fácil com pessoas que são parecidas comigo. E isso não quer dizer que você tenha um julgamento negativo contra os outros. “Eu fiz simplesmente o mais fácil”. Aliás, o grupo discriminado fará a mesma coisa entre si (DUBET, 2015, p. 159).

Nesses quatro anos em que estive acompanhando dependentes químicos no CAPS AD III pude observar em suas falas a presença tanto da discriminação quanto do estigma, pois tanto “sentem na pele” o julgamento estigmatizante no dia a dia, quanto sofrem as consequências discriminatórias, justificadas muitas das vezes pela baixa escolaridade, quando, na verdade, são sendo discriminados pela sua dependência. Da mesma forma, uma vez estigmatizada, a discriminação é observada no acesso dessas pessoas aos serviços de atenção básica e, não raro, elas têm seus direitos negados. Profissionais e serviços que não atendem pessoas “bêbadas”, sujas, ou “drogadas”, com roupas rasgadas, são situações diárias relatadas pelas próprias equipes de saúde, quando na tentativa de garantir o acesso dessas pessoas aos serviços.

Quantos direitos como cidadão estão sendo violados para essa parcela da população? A mensagem que passam essas situações é de que é preciso esconder o “feio”, o “sujo”, o que não está enquadrado na ordem social e não necessariamente pensar ações para atender a demanda e necessidade dessas pessoas. Talvez o conceito de cidadão, aos olhos do grupo hegemônico, realmente não se aplique aqui, pois, como afirma Neto (2009, p. 30), “chegamos ao ponto de ter presente hoje, por parte de muitos, por influência de países do capitalismo central, a compreensão de que é cidadão quem tem o poder de consumir!”.

Nesse contexto, Melo e Maciel (2016, p. 7) atentam para o fato de que “a droga, inserida nesse sistema capitalista, num determinado contexto sociocultural, incentiva, carimba e aprisiona o indivíduo no personagem do viciado, o que impossibilita muitas vezes que ele consiga sua diferenciação.”

No que tange à desestigmatização dos usuários, a sociedade caminha a passos lentos. Entretanto, é possível, por menores que sejam, identificar avanços na saúde mental contra o preconceito que há muito tempo é observado. Nesse contexto, a caracterização da dependência química como transtorno mental foi um passo importante, pois possibilitou, além de tratar os dependentes químicos, investir na desestigmatização sofrida por esses sujeitos (SILVA et al., 2010).

Entretanto, para Melo e Maciel (2016), esse aspecto que liga o dependente à uma doença, nesse caso à doença mental, remete o usuário de drogas à incapacidade de lutar contra seu estado de dependência, o que justificaria estratégias de tratamento, como a internação:

...ao situar o usuário como sujeito desprovido de capacidade avaliativa de sua própria condição e de sua relação com a droga, pode-se recair em práticas paternalistas e/ou violentas em relação aos usuários. Atualmente, percebe-se que essas práticas misturam aspectos de tratamento de saúde com punição, isto é, um tratamento-punição (MELO; MACIEL, 2016, p.84).

Segundo os autores, com o estabelecimento da medicina, houve a institucionalização do usuário para o tratamento médico e sua categorização como um doente, tornando-o objeto da psiquiatria. Sendo assim, o usuário passou a ser objetivado como um doente, viciado, desajustado ou perturbado mental, o que o discrimina e estigmatiza mais ainda (MELO; MACIEL, 1997, p.85).

1.4.2 A Mulher no Contexto da Dependência Química: Estigmatizada e Discriminada

Segundo Medeiros (2014), é consenso na literatura que os homens representam maior percentual de consumo de drogas em comparação com às mulheres. Entretanto, nos últimos tempos, é observada a diminuição dessa diferença em razão da mudança no estilo de vida das últimas. A autora destaca que se o homem dependente químico se situa à margem da sociedade, a mulher sofre ainda mais, pelo estigma que a dependência química traz, uma vez que são em geral mais criticadas, acusadas de se tornarem agressivas ou sexualmente promíscuas quando em uso de substâncias psicoativas, o que causa uma exclusão social mais marcante, dificultando a procura por tratamento e a permanência nos serviços de saúde. Segundo a autora, é necessário um olhar para além da estigmatização da mulher, a qual deve ser vista, antes do papel de esposa ou mãe, como mulher que padece de um sofrimento, necessitando, assim, de cuidados.

Os levantamentos assinalados por Medeiros (2014), em Comunidades Terapêuticas e Clínicas de Reabilitação feminina localizadas nos Estados de PB e PE, apontam para um perfil de usuárias de crack constituído majoritariamente de mulheres adultas, jovens, solteiras, mães, baixa escolaridade e renda inferior, e assim com menos acesso aos serviços de cuidado e proteção, o que as expõe a diversos fatores de vulnerabilidade² e de risco social. Por enfrentarem diariamente pressões em função dos diversos papéis que desempenham na

² Conforme o dicionário de verbetes do gestado da UFMG, vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social.

sociedade – mulher, mãe, esposa que trabalha e ainda exerce atividades domésticas – tais funções acabam por gerar uma carga afetiva e psicológica difícil de suportar, repercutindo nas relações familiares e na baixa autoestima dessas mulheres, resultando muitas vezes em depressão ou incapacidade de lidar com situações adversas.

Oliveira et al (2014) também destacam que são direcionadas às mulheres, como parte de uma herança histórica excludente e machista, as responsabilidades de cuidar dos filhos, da casa, dos doentes e idosos. Segundo Oliveira et al (2014), tais distinções direcionam o tratamento voltado ao público feminino para um foco diferente do tratamento voltado ao público masculino.

Segundo Medeiros (2014), as representações sociais são relacionadas às realidades das mulheres, refletindo construções socioculturais que demarcam desigualdades, dentre elas, as relações de gênero. Essas construções parecem interferir na elaboração e implantação de estratégias de prevenção e promoção da saúde à essa população. A explicação, segundo Oliveira et al (2014), é que os programas foram desenhados com base nas necessidades masculinas para o tratamento da dependência química e com poucas considerações para as diferenças entre os sexos, sejam elas de caráter fisiológico, psicológico ou social.

Além disso, por exercerem diversas atividades e papéis sociais diversos dos homens, as mulheres têm uma maior dificuldade de conseguir organizar sua vida para buscar tratamento, em conformidade com o que trazem Oliveira et al (2014), que apontam que a baixa demanda do público feminino nos programas de tratamento pode ocorrer por vários motivos, como a falta de tempo para se dedicar, necessidade de manter atividades laborais que garantam a própria subsistência e/ou de familiares, falta de estrutura que permita o acesso dos filhos quando estes não possuem outro local para ficar, recriminação social em relação ao vício e julgamentos morais, alterações hormonais, dentre outros.

Com relação ao uso do álcool, é sabido que essa substância atinge de modo particular as mulheres, sendo geralmente a droga de início, juntamente com o tabaco. Por questões sociais, esse uso geralmente tem início na adolescência, mas podemos observar também que em alguns casos ele pode começar na infância, como relatou uma das participantes dessa pesquisa.

Oliveira et al (2014) alertam que o uso do álcool pelas mulheres pode ter as mais diversas justificativas. Entretanto, há uma questão que envolve gênero e violência relatada entre as entrevistadas do seu estudo, onde o relacionamento com parceiros violentos levou as mulheres ao uso de álcool, com a justificativa de que, quando estavam alcoolizadas, as agressões do parceiro não doíam tanto.

Medeiros (2014) destaca a necessidade de ampliação da rede de serviços à saúde mental, notadamente na assistência à mulher dependente química, e na criação de políticas públicas que contemplem as especificidades femininas para um trabalho de prevenção e intervenção mais eficaz na questão do crack na sociedade, sobretudo numa perspectiva de gênero.

2 METODOLOGIA

A complexidade do tratamento ofertado a dependentes químicos é um desafio que se vivencia diariamente para todos aqueles que desenvolvem suas práticas profissionais ofertando cuidado a esse público em específico. É bem verdade que, ainda hoje, o usuário de substâncias psicoativas carrega grande carga de preconceito e estigma, o que o distancia tanto de um tratamento digno e eficaz, quanto de oportunidades de trabalho, o que em nada contribui para sua estabilização e recomeço. Essa compreensão nos motivou a buscar na pesquisa meios de aprofundar o conhecimento sobre esse assunto, buscando contribuir para o entendimento do quão podem ser complexas e difíceis as trajetórias de vida de cada um desses sujeitos desde a infância até os dias atuais.

Nesse contexto, compreendemos que é necessária a discussão acerca das condições socioeconômicas e familiares onde esses sujeitos nasceram, da problemática do trabalho infantil diante da necessidade de auxiliar na renda familiar, das relações familiares, da qualidade da educação que tiveram ou não acesso e de outros tantos fatores que foram influenciadores nas suas vidas.

O referencial teórico utilizado contou com diversos autores que contribuíram com suas pesquisas para a discussão desse tema, oportunizando o conhecimento, a reflexão e o aprofundamento sobre essas questões.

Para realizar a coleta de informações sobre essas questões, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas individuais sobre as trajetórias de trabalho e educação dos dependentes químicos usuários do serviço do CAPS AD III.

Cunha (1997) destaca que, quando uma pessoa relata os fatos vividos, percebe que reconstrói a trajetória percorrida, dando-lhe novos significados. Assim, o que importa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, a representação que deles faz o sujeito.

O sujeito de pesquisa, durante a entrevista, passa por um processo de reflexão e ressignificação a partir da sua própria fala. Uma vez que o homem é um ser contador de histórias, a investigação de caráter qualitativo, nesse exemplo através das narrativas, tem explorado esse potencial humano, produzindo conhecimento sistematizado através dele. Segundo Cunha (1997), na investigação o importante é ouvir a história do interpelado. Entretanto, a autora ressalta que fatalmente haverá a interferência de quem ouve, sendo então a narrativa um processo cultural, pois tanto depende de quem a produz como de para quem ela se destina.

Importante destacar que tanto Cunha (1997) quanto Stephanou e Bastos (2009), trazem em seus textos a palavra emancipação. Cunha relacionando-a às narrativas, ao passo que

Stephanou e Bastos à memória. Etienne François (apud STEPHANOU e BASTOS, 2009, p. 423), destaca a relação original entre o historiador e os sujeitos da história, que pode vir a suscitar nos entrevistados uma perspectiva emancipadora, de recuperação de memórias suprimidas, silenciadas, etc. Para Cunha (1997), trabalhar com narrativas na pesquisa é partir para a (des)construção das próprias experiências, tanto do pesquisador como dos sujeitos da pesquisa e que isso poderá adquirir um sentido emancipador para o sujeito.

Stephanou e Bastos (2009) alegam que a memória difere da História como campo de produção do conhecimento, pois se a memória pode ser histórica, ela não é História por si só. É vestígio. Thompson (apud STEPHANOU E BASTOS, 2009, p. 420), refere que “[...] compomos nossas memórias para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes”. Para Stephanou e Bastos,

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente. (2009, p. 420).

Algumas reflexões problematizam a questão do uso da memória de forma tímida pela história, justamente pelo seu caráter movediço, emotivo, lugar de esquecimento, lembrança e também de ficção. Para Stephanou e Bastos (2009), outras perguntas deveriam ser feitas para entender esse processo:

- O que quer dizer uma lembrança que insistentemente é evocada?
- O que nos dizem os silêncios?
- Qual o efeito da ação do tempo sobre as memórias individuais e coletivas?
- Quais os suportes de memória para além da oralidade – os diários, as coleções, as fotografias, as materialidades de objetos e arquitetura, os sons, etc?

Para Stephanou e Bastos (2009), tanto a história quanto a memória, apesar de manterem íntimas relações quando relacionadas ao passado, operam diferentemente. Por História, as autoras consideram:

[...] um campo de produção de conhecimentos, que se nutre de teorias explicativas e de fontes, pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. É um trabalho de pensamento que supõe o estranhamento da análise, da produção de argumentos que possam validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação

intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia. (STEPHANOU e BASTOS, 2009, p. 417).

As autoras destacam a importância de perceber como a História costumeiramente desprezou ao longo do tempo os registros orais, iconográficos, dentre outros, desnaturalizando essas fontes, alegando que esses registros não expressam um significado central, coerente e não são transparentes nem inocentes, sendo produzidos segundo determinados interesses. Os historiadores hoje mais se perguntam como um documento funciona, ao invés do que ele significa.

Cunha (1997) relata ainda que inicialmente acreditava-se que as narrativas constituíam de forma fidedigna a descrição dos fatos e que isto garantiria consistência à pesquisa. Percebeu-se que as narrativas dos sujeitos são a sua representação da realidade e como tal estão cheias de significados e reinterpretações. No entanto, compreenderam que, antes disso ser um problema, era justamente o cerne da pesquisa sócio antropológica. A narrativa provoca mudanças na forma como as pessoas compreendem a si próprias e aos outros, podendo ser um processo profundamente emancipatório, não sem antes que o sujeito esteja disposto a analisar criticamente a si próprio.

Ao reforçar este argumento, Cunha (1997) destaca que a trajetória da pesquisa qualitativa atesta que tanto o relato da realidade produz a história como ele mesmo produz a realidade. As pessoas vão contando suas experiências, crenças e expectativas e, ao mesmo tempo, vão anunciando novas possibilidades, intenções e projetos.

A autora destaca que, quando se estabelece que os parâmetros da pesquisa qualitativa se adequam melhor a uma investigação, define-se também que as narrativas passam a ser a principal matéria prima deste trabalho, e percebe-se ao longo do processo que as narrativas não são meras descrições da realidade, mas sim produtoras de conhecimento que ao mesmo tempo que se fazem veículos, constroem os condutores.

Dentre os objetivos dessa pesquisa está o de dar voz aos sujeitos. Fazer ver e refletir sobre o que está invisível, o que está soterrado, subterrâneo, o que não se enquadra. Entender o processo que trouxe o sujeito até aqui, suas escolhas, os caminhos que seguiu, os caminhos que não pôde seguir, o que foi de seu livre arbítrio e o que não teve a opção de escolha.

Para Cunha (1997), diferentemente das situações de pesquisa, não é tanto o produto das narrativas o que mais interessa nessas circunstâncias, mas o processo de produção pelo qual vive o sujeito. Perguntas e categorias importantes que podem ser trabalhadas incluem: de quem é a voz que fala, de onde se dá essa fala, em que circunstâncias ela é produzida, quais e porque são as suas revelações, quais e porque são as suas ocultações.

O fato de a pessoa destacar situações, suprimir fatos, esquecer e negar etapas tem muitos significados e isso poderá ser utilizado com fins pedagógicos. Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria realidade (CUNHA, 1997).

Esta transformação acontece quando o sujeito toma consciência de si mesmo, encarando sua trajetória de vida, os investimentos, os objetivos, as experiências formadoras, os grupos de convívio, os valores, os comportamentos, as atitudes, as formas de sentir e viver, os encontros e desencontros. Por meio dessa conscientização, ele vai criando e entendendo os sentidos e significados da sua vida (MAESTRI E MINDAL, 2013).

A partir disso optou-se pela entrevista semiestruturada para a coleta das informações, onde realizamos entrevistas gravadas (com a autorização dos participantes) com 5 (cinco) sujeitos usuários de um CAPS AD na região do vale do Rio Pardo (RS), com o objetivo de coletar seus depoimentos sobre as trajetórias de educação e trabalho e, a partir disso, analisar como se apresentam essas histórias de vida e o impacto desses no seu cotidiano.

A escolha dos sujeitos buscou contemplar diferentes perfis de gênero, nível de escolaridade, idade, se estão em situação de rua ou não, bem como se, no momento, estão trabalhando ou desempregados.

Inicialmente ocorreu um encontro entre o entrevistador e o possível entrevistado, para que lhe fosse apresentada a proposta e objetivos à que se destina a pesquisa, o contrato sobre a utilização das informações com resguardo da identidade dos participantes, além de demais informações que foram consideradas pertinentes pelo mestrando-pesquisador, ou de dúvidas do participante. Nesse primeiro encontro, após a confirmação por parte do participante, um segundo encontro foi agendado para realização da entrevista em local e data definidos por ambas as partes.

Das cinco entrevistas, quatro foram realizadas dentro do próprio espaço físico do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD III), pela facilidade logística para os participantes da pesquisa. Somente uma entrevista foi realizada em outro local (biblioteca da UNISC nesta cidade) por solicitação do próprio sujeito da pesquisa. De modo geral podemos relatar que as entrevistas foram carregadas de sentimentos de sofrimento (ao relembrares fatos dolorosos acontecidos há muito tempo), de esperança e de relatos de superação de adversidades. Apesar de ter trabalhado por quatro anos com dependência química confesso que alguns relatos foram muito difíceis de serem ouvidos. Notei que durante as entrevistas houve, além de uma

tranquilidade na relação entre o sujeito e o pesquisador a quase necessidade por parte dos sujeitos de, através da fala, resgatar eventos que lhes foram marcantes. Todos falaram que foi um momento muito importante e libertador, apesar do conteúdo e das lembranças nem sempre terem sido de alegrias.

Dos cinco participantes, três encontravam-se na modalidade de acolhimento noturno, onde os pacientes permanecem dia e noite por até quatorze dias. De modo geral, essa modalidade de acolhimento é avaliada pela equipe em conjunto com o próprio paciente e indicada tanto para a desintoxicação (podendo depois continuarem o tratamento em comunidades terapêuticas), como em casos específicos de risco e vulnerabilidade. Os outros dois participantes encontram-se, no processo de manutenção do tratamento, participando de grupos terapêuticos e de consultas com os diversos profissionais que lá desempenham suas funções.

O perfil resumido dos sujeitos compreende as seguintes informações:

Tabela 01: Perfil dos sujeitos da pesquisa

Identificação*	Idade	Escolaridade	Situação atual com relação a trabalho	Situação atual com relação ao tratamento
Diego	25 anos	Fundamental incompleto	Desempregado	Recaído
Alice	31 anos	Superior incompleto	Desempregada	Recaída
Lucas	42 anos	Superior completo	Empregado	Manutenção
Régis	50 anos	Fundamental	Desempregado	Recaído
Elisa	51 anos	Fundamental	Desempregada	Manutenção

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa (2019).

*Nomes fictícios

A pesquisa seguiu os trâmites exigidos pela resolução 466/2012, sendo autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer nº 3.411.039, CAEE nº 14024519.5.0000.5343.

Todos os participantes receberam assinado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A partir dessas informações, passaremos à discussão e análise das informações coletadas a partir das entrevistas.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

3.1 Percepções e significados da educação: da infância à vida adulta

Neste capítulo serão abordadas questões relacionadas à educação, especificamente à escola, à educação formal, informal e não-formal, à interrupção dos estudos e como isso se apresenta nos sujeitos, suas implicações e as consequências na atualidade de suas vidas. Essas questões mostraram-se extremamente relevantes durante minha trajetória profissional durante o tratamento e acompanhamento de dependentes químicos no CAPS AD III, principalmente durante os grupos terapêuticos, onde se reuniam até doze usuários do serviço em uma sala. Nesses espaços, não são compartilhadas somente as experiências e aprendizados que tiveram durante o tempo de uso, mas também as dificuldades encontradas para retomar a vida. A educação, o trabalho e a formação escolar foram temas recorrentes.

Embora saiba que o termo educação não se resume somente a um determinado nível de escolaridade, vejo essa questão como algo extremamente relevante, não sendo diferente com o dependente químico, sujeito dessa pesquisa. Se no processo de inserção social há um conjunto de questões que se inter-relacionam, a educação e a escolaridade ganham especial destaque.

Ao longo dessa pesquisa, fui apresentado a uma compreensão mais ampla sobre a questão referente ao tema educação e a ingênua ideia inicial de que ela se resumia apenas à escolarização se mostrou um ledor engano. Educação formal, informal e não formal são temas frequentemente abordados e debatidos que lançaram este humilde pesquisador para fora de sua zona de conforto, demonstrando que o assunto, como já dito anteriormente, é muito mais complexo. Cabe aqui, para elucidação dessas questões, a diferenciação entre esses termos que foram importantes para minha discussão. Também deve-se ressaltar que neste capítulo serão abordados fatos referentes tanto ao ensino fundamental e médio como no ensino superior, para os sujeitos que lá chegaram.

Outro ponto que julgamos ser importante destacar é que, quando questionados sobre as lembranças que possuem do período escolar, identificam-se em suas falas a presença de memórias também relacionadas à infância, trabalho e dependência química, como poderemos observar no decorrer do capítulo. Importante salientar que todos os sujeitos dessa pesquisa tiveram acesso ao estudo a partir dos anos iniciais, entre os seis e sete anos de idade, sendo que três deles (Alice, Diego e Lucas), frequentaram anteriormente a creche.

Apesar do presente capítulo ter como propósito dar atenção às lembranças e experiências que os sujeitos tiveram com relação à escola, julgamos ser importante descrever também as experiências que seus pais tiveram com relação ao ensino escolar, já que foram

memórias evocadas com frequência em suas falas. Podemos observar que, assim como alguns sujeitos da pesquisa, seus pais também tiveram que iniciar no mundo do trabalho ainda muito jovens, dentro ou fora do lar, o que em geral levou ao abandono escolar, bem como o valor dado aos estudos.

3.1.1 Formação dos pais

Os dois sujeitos de pesquisa com maior escolaridade (superior completo e incompleto), tem, igualmente entre seus pais, a maior escolaridade encontrada dentre os participantes dessa pesquisa, o que, percebe-se, alterou o valor e a importância dada aos estudos. O pai de Alice formou-se em Tecnólogo em Segurança Prisional e sua mãe concluiu o ensino médio. Já a mãe de Lucas é formada em Letras e seu pai em Educação Física e Direito, tendo exercido a função de professor universitário na área do Direito por trinta anos.

A mãe de Diego estudou até a sétima série, pois teve que trabalhar desde muito cedo. Diego ressalta que ela teve que ajudar a cuidar dos irmãos mais novos e também que se casou muito jovem: “[...] minha mãe diz que ela trabalhou desde muito jovem, que ela tinha que ajudar sempre a cuidar dos irmãos dela. Saiu de casa muito jovem, casou muito jovem, daí eu acho que foi por isso. Estudou até a sétima. Acho que era muito difícil aquele tempo. [...]”. Já seu pai estudou até a terceira série, mas destaca que não conversava muito sobre isso com ele.

Não muito diferente, a mãe de Régis estudou até a quinta série e também teve que trabalhar desde muito jovem, o que a impossibilitou de continuar com os estudos na infância, tendo que ajudar com as despesas de casa cuidando de outras crianças.

Ela sempre comenta que não estudou porque os pais colocaram ela a trabalhar cedo, já foi trabalhar cuidando de criança e tal. Morava aqui na cidade, porque o pai dela era muito bruto. Ele disse que não tinha que perder tempo com o estudo, tinha que trabalhar para ajudar em casa, aí cedo já foi trabalhar (RÉGIS).

Da mesma forma, Elisa relata que “[...] não, meus pais não tinham estudo. Sabiam ler e escrever, eles tinham até a quarta série. [...]”. Apesar da categoria trabalho ter um capítulo específico, onde será abordada com maior profundidade, ela aparece com muita frequência nas falas dos sujeitos ao longo dessa pesquisa, aqui em especial, referindo-se ao trabalho dos pais e o impacto disso na infância dos entrevistados.

Entre os sujeitos que apresentam o ensino fundamental (incompleto e completo), o tempo de estudo dos pais é lembrado fazendo relação com a necessidade de terem que trabalhar

desde muito cedo, o que é apresentado como justificativa do porque não terem continuado com os estudos. Cabe ressaltar que isto era algo comum na época em que os pais frequentavam a escola, uma vez que quando estes cursaram o ensino fundamental, saber ler e escrever já atendia as necessidades para a maioria das famílias.

3.1.2 Lembranças do período escolar: a educação formal

Tendo o meio escolar como seu principal cenário, a educação formal possui entre seus objetivos o ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, onde se destaca a formação do indivíduo como cidadão ativo, o desenvolvimento da criatividade e da percepção e o desenvolvimento de habilidades e competências. Para tanto, requer local específico, estrutura curricular, pessoal especializado, possuindo caráter metódico (GOHN, 2006).

O entendimento sobre os diferentes conceitos e formas de educação, especialmente sobre o local onde cada uma dessas práticas educativas ocorre, são, a nosso ver, de extrema importância para a discussão à que essa pesquisa se propõe. O fato de que uma parcela dos sujeitos de pesquisa não prosseguiu com seus estudos em nível formal não significa que eles não recebam ou não sejam afetados por outras práticas educativas no seu dia a dia, no território, no local onde circulam com seus pares ou até mesmo em outras instituições como a Igreja, o que contribui para a formação de sua identidade e pertencimento.

Freitag (1977, p. 9), afirma que “[...] a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade”. Entretanto, a educação não acontece somente dentro da sala de aula, mas também no seio familiar, comunidade e outras instituições, todas essas contribuindo e constituindo para a formação do indivíduo. Mas qual a participação da escola nesse processo formador de “concepção de homem e sociedade”?

A educação é um fato social. Portanto se impõe coercitivamente ao indivíduo que para o seu próprio bem sofrerá a ação educativa, integrando-se e solidarizando-se com o sistema social em que vive. Os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais; são as normas e os valores desenvolvidos por uma certa sociedade (ou grupo social) em determinado momento histórico, que adquirem certa generalidade e com isso uma natureza própria, tornando-se assim “coisas exteriores” aos indivíduos. (FREITAG, 1977, p. 11).

Cabe à escola, enquanto instituição, ofertar, promover e incentivar a formação do indivíduo de forma emancipatória. Para Gadotti (2012), a perspectiva emancipatória da educação está comprometida com uma visão transformadora, inconformada com o mundo

injusto e insustentável em que vivemos. Tirar a mão que oprime, libertar, “emancipar-se é, então, conquistar liberdade, autonomia, independência, não apenas política, mas também econômica” (GADOTTI, 2012).

A palavra “emancipar” vem de ex-manus ou de ex-mancipium. Ex (indica a ideia de “saída” ou de “retirada”) e manus (“mão”, simbolizando poder). Emancipar seria então “retirar a mão que agarra”, “libertar, abrir mão de poderes”, significa “pôr fora de tutela”. Ex-manus (fora mão), significa “pôr fora do alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: “tire a sua mão de cima de mim!” (GADOTTI, 2012, p. 1).

Para Lucas, o estudo formal é muito importante. Ele teve uma trajetória escolar muito significativa, tendo a oportunidade de concluir dois cursos superiores (Educação Física e Direito). Relatou todo o valor que seus pais também davam ao estudo e afirma que sua formação contribuiu para tornar-se um cidadão crítico com as questões do mundo, contribuindo para sua formação como ser humano.

A gente sabe que enxerga o mundo de outra maneira, hoje está dando uma notícia no rádio ou no jornal eu já estou contestando: olha, não é bem assim, e sei te mostrar onde é que está, olha o que diz aqui, olha o que diz ali, não é assim não. A gente tem uma outra percepção da vida né, a gente vê uma realidade diferente, os valores são outros. A gente faz a mea culpa, coisas que fez, aquela falsa percepção da realidade não existe mais. Agora tu enxerga a verdade como ela é. Então muitas coisas que tu fez achando que era certo e defendendo aquela tese que era certo, hoje em dia se tu puder dizer para o outro não vai por ali, tu teve essa experiência, viveu aquilo ali, tu sabe. (RÉGIS).

A contribuição do estudo na vida de Lucas ainda é citada com relação a não se deixar iludir e fazer parte, como ele mesmo diz, da “boiada”: “[...] então com o estudo a gente acaba tendo outra visão disso aí e não vai junto com a massa, com a boiada. Tu não vai junto com a maioria.” Segundo Lucas, o estudo (ou o nível de escolaridade) é visto pela maioria das pessoas como algo que as aproxima do dinheiro e tem nisso o seu principal objetivo. Entretanto ele vê o estudo como um meio de facilitar sua vida e as condições de trabalho.

[...] eu vejo que o estudo, ele é uma coisa que só valoriza quem tem, porque a maioria das pessoas pensam em estudo e associam à dinheiro: eu vou estudar pra ganhar dinheiro, pra ficar rico. Mas eles não veem a diferença que aquilo ali faz na tua vida até tu ganhar o dinheiro. O estudo pra mim facilita a minha vida! Hoje mesmo, eu tenho uma parceria num escritório (advocacia), tenho os meus clientes lá, pego toda aquela papelada e trago pra trabalhar em casa, de chinelo e

calção e muitas vezes assistindo um jogo de televisão. Então eu agradeço, reconheço: “Eu era feliz e não sabia”, não, eu sou feliz e sei (rindo). Porque eu já tive muitas dificuldades.

Podemos observar que dentre as propostas de uma educação voltada para a emancipação do sujeito estão presentes a formação do indivíduo como cidadão, sabedor dos seus direitos, deveres e consciente para exercer sua cidadania. Entretanto, segundo Neto (2009), a escola, sozinha, não pode transformar a sociedade:

Tenho presente a crítica construtivista que já mostrou que a escola não tem poder para transformar a sociedade. Mas, tenho presente também as considerações de Gramsci e Freire que mostram como a escola pode *participar* deste processo. Para a transformação seu poder é relativo, pois ela mais reproduz a sociedade capitalista. Contudo, em brechas, espaços de contradição, uma contribuição contra-hegemônica pode se fazer. (NETO, 2009, p. 36).

A educação formal, aquela que ocorre dentro dos muros escolares, orientada com base em um currículo disciplinar próprio e constituída de conteúdos previamente estabelecidos, é apenas parte do processo de formação dos indivíduos. Não consegue atingir e nem contemplar totalmente a complexidade das necessidades da formação humana para o mundo. Se assim o fosse, os indivíduos nada mais aprenderiam fora do ambiente escolar, o que sabemos claramente não ser verdade, já que a interação com outras pessoas do meio social e também através de diversas instituições não formais de ensino contribuem de forma significativa para a formação humana de cidadãos participativos na sociedade.

Elisa recorda que tinha seis anos quando ingressou na primeira série. Segundo ela, o colégio rural em que estudou era pequeno, simples e tinha somente duas salas, que atendiam bem as poucas famílias que residiam na localidade do interior. Durante seu relato, lembra que reprovou algumas vezes no terceiro ano, porém não recorda o motivo das reprovações: “Rodei algumas vezes. Terceiro ano rodei. Estudei sempre no mesmo colégio.”

As lembranças do período escolar evocadas por Elisa foram, por vezes, muito difíceis de serem verbalizadas. Antes ainda dos doze anos, lembra ela que no período em que estudava no colégio rural, sofreu abusos por parte de seu professor. Na época, segundo afirma, tinha a idade de sete anos e estava na segunda série: “[...] meu professor, ele tentava, eu era da segunda série, tinha sete anos, aí ele abusava. Não chegou ao estupro, mas abusava. Passava a mão, beijava. Tinha sete, oito anos. Era escola rural [...]”. E continua: “Uma vez ele me levou para o meio do mato e me disse assim: ‘tá madura, tem que ser colhida!’ Eu fugi! Fiquei dentro do mato com medo, era criança.” Outros eventos não menos traumáticos fazem parte da trajetória de vida de Elisa e serão abordados no transcorrer dessa dissertação.

Diego lembra que começou a estudar na escola do seu bairro com sete anos e que estudou sempre no mesmo colégio. Na quinta série, após três anos de reprovações consecutivas, ele abandonou a escola.

O gosto por determinadas disciplinas, a possibilidade de “namoro” com as colegas e o sentimento ambíguo sobre a escola também faz parte das lembranças de Régis, “[...] é, até que gostava, gostava e não gostava. Gostava de ir pra paquerar as gurias, as brincadeiras, mas tinha as matérias que eu gostava, gostava de Português. Geografia e História eu tinha pavor!”.

Régis abandonou os estudos na sétima série, após ter sido reprovado dois anos seguidos por excesso de faltas, sendo que mais tarde realizou “provas” onde conseguiu a certificação de conclusão no ensino fundamental. Elisa concluiu o ensino fundamental também na idade adulta, pois era uma exigência mínima de escolaridade para conseguir trabalhar em uma determinada empresa fumageira.

Lucas lembra que estudou em escola pública nos três anos iniciais do ensino fundamental e que no quarto ano foi matriculado em uma escola particular, onde estudou até o sexto ano. A mudança de escola foi o evento que mais lhe causou impacto negativo ainda na infância. Tinha dez anos nessa época. Segundo ele, quando estudava no colégio público perto de casa, tudo era mais simples, não precisando se preocupar inclusive com as roupas que fazia uso. Tudo mudou com a troca de colégio:

[...] quando eu cheguei na quarta série, minha mãe resolveu me colocar pra estudar no colégio particular, e ali que os problemas começaram. Porque eu estudava em escola pública, onde até mesmo o número de negros era maior. Quando eu fui para o São Luís eu comecei a ser o único da turma. Não cheguei a sofrer um preconceito por parte dos colegas, mas tinha um preconceito socioeconômico por despreparo dos meus pais que me mandaram pra escola particular com as mesmas roupas que eu ia na escola pública alegando: “não, tu está indo pra estudar.”.

No transcorrer das entrevistas, diversos eventos foram identificados como justificativa para o início do desinteresse em continuar com os estudos entre os sujeitos participantes dessa pesquisa. Entretanto, podemos observar nos relatos que seus pais sempre os alertaram para as consequências que isso poderia gerar no futuro. No entanto, Diego, Régis e Elisa destacam que, apesar de darem valor ao estudo e alertarem para os prejuízos de uma baixa escolaridade, seus pais não se empenharam muito para que eles continuassem a estudar. Segundo esses sujeitos, seus pais argumentavam que tinham que trabalhar para ajudar em casa e que o fato de saber ler e escrever já era suficiente, como é o caso de Elisa: “não, não, isso aí foi há 40 anos. Naquela

época não tinha essa obrigação de estudar. Tu sabendo escrever o teu nome, fazer conta, já estava bom.”

A baixa escolaridade dos sujeitos, supostamente um dos aspectos que dificulta o acesso dos pacientes a vagas de trabalho formais, foi um dos fatores que despertaram o interesse por essa pesquisa. Ao supor que uma maior escolaridade pode proporcionar também uma melhor qualidade de vida e assegurar o mínimo para uma vida confortável, reflito: é válido utilizar da educação/escolaridade para enquadrá-los, moldá-los, para serem “reinseridos” numa sociedade idealizada como a exemplar? Não é novidade que a educação há muito vem sendo utilizada para esse fim:

[...] a pedagogia como a entendemos hoje surge inextricavelmente imbricada no projeto moderno de mundo, este declaradamente voltado à construção de uma sociedade que seria melhor, mais evoluída, mais esclarecida, e cujas bases se assentariam sobre a ordem e a civilidade (COSTA, 2005, p 202).

Segundo Dubet (2003), geralmente somos confrontados com duas retóricas que pontuam o debate sobre a escola e a exclusão. Uma alega que o desemprego e a precariedade dos jovens advêm da falta de formação. Para o autor, essa ideia repousa sobre um estranho silogismo, que afirma que, se para que todos os jovens egressos das escolas e dos cursos superiores tivesse emprego, bastaria que todos atingissem um nível de formação adequado. Entretanto, segundo o próprio autor, estudos já refutaram esse argumento.

Do outro lado, os defensores da escola afirmam que o sistema educacional é totalmente “inocente” em face da exclusão e que seria reflexo, antes, de uma exclusão social. Nesse pensamento:

Não somente o desemprego dos jovens é independente do sistema de formação, mas todas as dificuldades da escola, a “violência”, a débil motivação dos jovens, vêm de fora, do capitalismo e do mercado. A exclusão social dos jovens decorreria apenas das relações de produção. (DUBET, 2003, p. 31).

Dubet (2003, p. 32) afirma que “não é diretamente a escola que realiza as grandes operações de distribuição dos alunos, são as desigualdades sociais que comandam diretamente o acesso às diversas formas de ensino”. O autor critica a compreensão de neutralidade da instituição escolar no fenômeno da exclusão social.

Apesar de terem uma situação familiar e socioeconômica diferente entre si, todos os sujeitos da pesquisa tiveram acesso ao meio escolar já nos anos iniciais. É bem verdade que nem todos concluíram o ensino fundamental e somente dois deles tiveram acesso à educação

de nível superior. Isso fez com que tivessem, ao longa da vida, diferentes experiências em suas trajetórias de vida, o que gerou percepções diferenciadas com relação à importância da escolaridade.

Para Diego e Régis, mais do que a baixa escolaridade, o fato de já terem cumprido pena no regime fechado afeta de forma significativa a busca por emprego, ao passo que para Alice e Lucas (que possuem a mais alta escolaridade dentre os sujeitos), a escolaridade é fundamental para ingressar no mercado de trabalho, como podemos observar em suas falas: “Claro! Eu vejo a falta de estudo, a falta de formação. Tu começa a virar auxiliar de serviços gerais e o que é isso? É o faz tudo! E a gente sabe que quem faz tudo não faz nada!” (Lucas); “[...] ah, ser um ex detento ainda é mais difícil que o estudo. É que fica...quase toda firma pede antecedentes criminais, certidão negativa.” (Diego); “eu acho que seja por causa da ficha na polícia.” (Régis).

Porque assim ó, as empresas... eu me destacava lá dentro, só que muitas empresas hoje, quando elas têm os requisitos, tu tem que ter um curso superior; eu tenho o conhecimento, mas eu preciso ter aquele diploma, as empresas pedem. (Alice).

A percepção de que uma escolaridade alta é garantia de acesso ao mercado de trabalho é uma ideia presente na maioria dos sujeitos dessa pesquisa. Não podemos negar que isso é uma realidade do mercado de trabalho, que exige determinadas formações quando há vagas disponíveis. Entretanto, Puiggrós (2013) destaca que a expansão do sistema escolar ao longo de duzentos anos deixou claro que a educação, sozinha, não muda a situação sócio-econômica das pessoas se o mercado de trabalho não tiver espaços que as recebam e as integrem com justiça. A autora alerta ainda para o pensamento que faz uma relação mecânica entre emprego e formação escolar: “Pocos enunciados son tan cínicos como aquel que con frecuencia se pronuncia ante el espectáculo de la miseria, de la delincuencia o de la drogadicción: lo que le falta a esta sociedad es educación” (PUIGGRÓS, 2013, p. 109).

Partindo da constatação de que a desigualdade social precede a escolar, e que não é a escola que é injusta, mas antes de tudo a sociedade, a autora defende que a escola deveria constituir-se a partir da parcela menos favorecida da sociedade.

El maestro de Bolívar sostuvo que el sistema escolar latinoamericano debía constituirse a partir de los pobres, los desarrapados, los negros y los indios: ellos serían el corazón de la educación, su núcleo más significativo, el que le otorgaría sentido. Los agregados, los incluidos en segundo lugar de importancia, serían los otros, los hijos de los ricos (PUIGGRÓS, 2013, p. 104).

Entretanto, esse sistema escolar latinoamericano foi profundamente abalado e novas relações estabeleceram-se entre a escola e a sociedade, fazendo surgir os problemas da exclusão no coração da vida escolar.

É o modelo da reprodução que se impõe globalmente, afirmando que a massificação escolar não reduz as desigualdades escolares, que “reproduzem” largamente as desigualdades sociais. Quaisquer que sejam as nuances introduzidas nessa análise, o mesmo fato se impõe a todos: é a própria escola que opera as grandes divisões e as grandes desigualdades. Ou seja, as igualdades sociais comandam diretamente a entrada nas carreiras escolares e os próprios processos escolares produzem essas desigualdades que, por sua vez, reproduzem as desigualdades sociais. O sistema está fechado. Abrindo-se, a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua “natureza” reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares. (DUBET, 2003, p.34).

O baixo nível de escolaridade apresenta-se como um obstáculo real na vida de todas as pessoas, em especial do dependente químico. Sabe-se que essa realidade não é vivenciada somente por estes sujeitos, mas se apresenta de forma mais dura para eles, que já carregam o estigma da sua condição social. A maioria das vagas disponibilizadas para ingressar no mercado de trabalho formal exige um nível mínimo de escolaridade e, quando baixa, ela torna-se de fato um obstáculo importante, levando muitas pessoas a buscarem nas formas de trabalho informais o meio de garantir sua subsistência.

A baixa escolaridade é vista por Régis como algo que lhe direciona para empregos mais braçais, deixando claro, durante a entrevista, que ele faz uma certa seleção do tipo de trabalho oportunizado: “[...] se tivesse ao menos o segundo grau completo, conseguiria empregos melhores, porque na safra, tendo só o primeiro completo, pega o serviço mais comum. Se já tem o segundo, colocam o cara como conferente, coisa assim, não põem a mão no fumo. Daí nisso aí já atrapalhou.”

Conforme Dubet (2003), numa sociedade em que mais de 10% da população economicamente ativa são desempregados, os mais desqualificados do ponto de vista da escolarização têm todas as chances de conhecer a exclusão social. O movimento crescente dos diplomas aumenta a exclusão escolar relativa dos não diplomados, que, por sua vez, se deparam com a exclusão provocada pela crise do emprego.

Especificamente com relação à dependência química, não é raro encontrar pessoas que estão à procura de emprego por um longo período, sem êxito. Uma vez que não conseguem ocupar vagas de empregos com carteira assinada, o dependente químico, para garantir sua subsistência, busca empregos informais, em geral de serviço braçal e de longas jornadas de trabalho, em conformidade com o que traz o Dubet (2003), quando afirma que “a seletividade escolar encaminha os alunos mais fracos para as trajetórias menos qualificadas, o que, por sua

vez, aumenta suas ‘chances’ de desemprego e de precariedade. No outro extremo, os diplomas nos níveis mais elevados oferecem uma proteção relativa diante do desemprego”. E ainda,

Se as oportunidades são definidas como a possibilidade de circular na estrutura social, de ultrapassar as hierarquias, seja para ascender ou para baixar em função de seu mérito e de seu valor, parece ser evidente que essa fluidez aumenta ao se reduzir a distância entre as posições, que aqueles que ascendem não tenham demasiados obstáculos a ultrapassar e que aqueles que descem não arrisquem tudo perder (DUBET, 2012, p. 177).

Para Gadotti (2012), há uma educação elitista e classista que forma para o comando, para o governo, enquanto que a formação para o trabalho é reservada somente aos trabalhadores.

Diego destaca a exigência das empresas com relação à escolaridade para a obtenção de trabalho: “[...] qualquer emprego que tu vai hoje eles vão pedir o ensino fundamental, e eu não tenho isso, tenho metade.” Podemos observar aqui que Diego atribui à sua baixa escolaridade as dificuldades em se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, identificamos nas falas de Régis uma experiência que contraria essa ideia. Este realizou vários cursos profissionalizantes ao longo da vida, porém nunca chegou a trabalhar em nenhuma dessas profissões. Segundo ele, por não ter a experiência profissional necessária em comparação com outras pessoas que já tiveram a oportunidade de trabalhar em diversos locais.

Tinha uma vaga ali no SINE pra instalação de alarmes, aí eu pensei: “Bah, vou me atirar.” Só que pedia experiência. Aí eu estou lá na sala esperando e tinha um outro candidato falando com a mulher na entrevista. Aí eu vi ele falando dos cursos que ele tinha, que já tinha experiência. Eu via ele falar tecnicamente das outras coisas, peguei e fui embora, não ia ter chance alguma, porque eles estavam precisando de uma pessoa que chegasse e fosse trabalhar logo, direto, tinha que ter experiência mesmo. Como é que eu vou competir com um cara desses?

Em geral, a visão de que o estudo serve de preparação para o trabalho é compartilhada por quase todos os entrevistados, como podemos observar na fala de Elisa, quando cita as razões do porque o estudo foi importante na sua vida com relação aos empregos que conseguiu: “o estudo faz falta e muito, até mesmo pra você trabalhar no supermercado precisa ter pelo menos um curso né, em loja. Ali a gente sente falta do estudo, até mesmo pra calcular e muitas vezes as oportunidades que aparecem, ser caixa ou qualquer outra coisa.”

Sim, o colégio foi importante, porque foi através dele que eu consegui. Se não fosse o colégio eu não saberia fazer uma conta. Qual o futuro se tu não souber assinar nem o teu nome ou fazer uma conta? Até na cozinha tinha que saber o que é dieta branda, livre, pra diabéticos. Então o estudo foi muito importante.

Gadotti (2012) destaca as diferenças entre uma educação voltada para a emancipação e outra dirigida para a produção de mão de obra fabril, ressaltando que não é contra uma formação geral, técnico-científica, desde que se tenha como objetivo uma formação emancipatória, formando sujeitos críticos e politizados e que a formação para o trabalho não é formação para o emprego, como propõe a ideologia neoliberal.

É uma educação que invisibiliza e silencia o tema do trabalho, preparando os mais pobres para as atividades manuais e a superexploração. Enquanto as elites são preparadas para governar, uma massa quase analfabeta é preparada para a subserviência, com meia educação (GADOTTI, 2013, p. 4).

A educação subutilizada e travestida, utilizada como preparação de mão de obra fabril é o que podemos descrever de inserção excludente. Ao vender uma falsa ideia de educação (no sentido real e amplo que a palavra merece), ilude, ludibria, engana, uma vez que não prepara o indivíduo como ser politizado, atuante na sociedade, sabedor de seus direitos, participante e transformador tanto de si como do meio em que vive.

A exclusão não é somente um fenômeno sistêmico “objetivo”, é também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si, já que cada um é responsável por sua própria educação, por sua própria aventura. Ou seja, os alunos excluídos estão ameaçados de se sentir destruídos por sua exclusão, que seria o signo de sua própria “nulidade” (DUBET, 2003, p. 41).

3.1.2.1 A problemática da Evasão Escolar

Dentre as questões observadas durante a prática profissional e que motivaram essa pesquisa, a evasão escolar sempre foi uma categoria presente no contexto das discussões, tanto em atendimentos individuais como em grupos terapêuticos. A baixa escolaridade, ao contribuir para a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, é mais um obstáculo de difícil transposição ao dependente químico.

O desinteresse dos sujeitos pelos estudos assume aqui as mais variadas formas e justificativas, desde a separação dos pais, a mudança de escola, a gravidez e o início no uso de alguma substância psicoativa. A repetição do ano escolar e o trabalho precoce também merecem especial destaque, afetando de forma significativa esses sujeitos.

Na fala de Diego, a separação dos pais é um divisor de águas, sendo apontada diversas vezes ao longo dessa entrevista como o evento que desencadeou diversas consequências ao longo de sua vida. Aqui, em especial, a separação dos pais é relacionada ao desinteresse e evasão da escola, bem como o início no uso de substâncias psicoativas, como podemos observar em seu relato quando se refere a sua infância:

Tranquila, até uns 10 anos foi tranquila. Sempre tive tudo eu e meus irmãos. Éramos uma família, meus pais eram casados, tinha tudo, tudo que uma criança poderia ter eu tinha: os melhores brinquedos, as melhores roupas, tudo (chorando). Mas daí eu conheci a droga né cara, com 11 anos. Na verdade, minha mãe e meu pai se separaram, eu sofri muito, de verdade, sofri mesmo. Gostava muito do meu pai na época. Daí ele nos deixou, sofri muito, muito mesmo, de verdade. Eu gostava mais dele do que da minha mãe. Era ele que estava assim mais próximo, mais tudo. Eu via muito pouco a minha mãe, ela trabalhava demais e daí eu sofri muito. Eu só chorava na primeira semana que eles se separaram, eu só chorava, não queria saber de mais nada. Daí foi onde é que começou tudo pra mim: eu já não ia mais no colégio, já não queria saber mais de estudar. Aí eu comecei na maconha dos 11 aos 13 anos de idade. (DIEGO).

Segundo Diego, o fato de sua mãe ter descoberto que ele estava fazendo uso de drogas na infância fez com que ela direcionasse seus esforços para o tratamento para dependência química, deixando a escola em segundo plano: “ela não correu muito né, mais era pra arrumar um tratamento pra mim. O colégio não era tanto. Ela queria me ver um cara bem de novo.”

Já Régis relata que seu desinteresse pela escola começou por volta da quarta ou quinta série, quando começou a faltar às aulas.

[...] chegou a época assim que eu estava na quarta, quinta série, já começava a faltar aula, gazejar aula, ia pro rio, ia pras praça. Lá apareceu já o cigarrinho de maconha, aí já desandou a coisa. Aí eu passei a estudar de noite, estudei mais de dois anos de noite. Eu rodei dois anos, aí larguei de mão, na sétima. Quando eu fui reprovado foi por excesso de falta, eu ia no colégio duas vezes por semana.

Régis lembra quando comunicou sua mãe que não iria mais no colégio e que, apesar dos alertas, ela aceitou sem questionar ou se esforçar para que o filho mudasse de opinião, apesar dela acreditar ser importante o estudo:

Sim, eles achavam importante estudar. Meu irmão foi o que mais estudou, ele fez o segundo grau completo. Minha irmã fez o segundo ano do segundo grau, mas não completou. Sim, eu disse pra eles:

“Parei com o colégio, não vou mais!” Ela disse: “Tu que sabe.” Mas ela dizia que no futuro “talvez tu vai se arrepender, mas se tu não quiser ir mais, não vou te forçar a ir.”

Os pais de Alice e Lucas tinham outra postura com relação à importância do estudo para os filhos. Palavras como “obrigação” e “forçado”, relacionadas nesse caso ao estudo, estiveram presentes nas falas desses dois sujeitos: “Obrigação! Forçado! Não tinha escolha” (Lucas). Essa “obrigação”, destacada por Lucas, hoje é vista por ele como algo que fez muita diferença em sua vida: “hoje eu só tenho a agradecer eles, né, porque foi esforço pra eles, não de pagar, mas de me forçar a estudar. Era uma coisa imposta, brigaram comigo muitas vezes, hoje eu só tenho a agradecer.”

Para aqueles sujeitos que não prosseguiram com seus estudos, foram encontradas nessa pesquisa como justificativas o início precoce no mundo de trabalho e o mal-estar causado pelas constantes repetições ao encontrarem entre seus colegas, alunos bem mais jovens em sala de aula. De todos os sujeitos, quando questionados sobre a interrupção dos estudos e seus sentimentos com relação a isso, somente Régis demonstrou pouca importância, acreditando que isso não teve muito impacto na sua vida, a não ser por sua mãe ficar lhe cobrando que trabalhasse: “Tranquilo, sobrou mais tempo para as namoradas (rindo). Só que aí a minha mãe ficou no meu pé para eu trabalhar né. Aí trabalhei em algumas safras. Ia mas não parava nos empregos, não parava muito.”

Em estudo sobre o tema da evasão escolar realizado por Duarte e Guimarães (2012), os autores buscaram dois perfis de sujeitos. O primeiro refere-se a alunos que estavam estudando, e o segundo, que se encontravam evadidos da escola. Suas famílias possuíam uma experiência recente de escolarização e seus pais exerciam ocupações profissionais de natureza manual.

Para Diego, o fato de ter começado a trabalhar no campo de golfe ainda jovem possibilitou-o a adquirir com maior facilidade certas drogas. O início do uso de substâncias psicoativas é sempre associado à separação dos seus pais e, aliado às reprovações escolares, são os motivos apresentados para o desinteresse escolar.

[...] só que ela (sua mãe) não sabia que eu estava usando droga né! Para ela, eu era mais um jovem comum, só que não era mais. Já tinha usado droga, já não queria mais nada, só pensava em ir para o campo de golfe fazer uns troquinhos pra depois comprar uma maconha ou pegar um pó pra cheirar. Já me sentia mal nessa parte: eu era o mais velho, já não conseguia mais estudar, queria ser o mandão, só coisa ruim. Na verdade o cara achava que era malandro na época, malandro

bobo né!? Em vez de tá prestando atenção na aula levava cigarro pra fumar atrás da escola, só coisa que não prestava assim.

Segundo Duarte e Guimarães (2012), estudos recentes apontam que o Brasil não conseguiu reduzir significativamente suas desigualdades socioeconômicas e suas famílias são obrigadas a buscar no trabalho dos filhos o complemento de uma renda familiar mínima, cerceando neles o tempo de infância e, conseqüentemente, de escolarização, conforme relata Elisa, a qual afirma que teve que trabalhar desde muito cedo. Ela recorda que sempre teve que ajudar sua família, que residia no interior, pois plantavam fumo, entre outras culturas agrícolas, tirando dali seu sustento e meio de sobrevivência. Lembra que com 12 anos saiu de casa para trabalhar na residência de outras pessoas como doméstica. Segundo ela, praticamente, não teve infância:

Minha infância não foi boa. Uma que eu não tive infância. Porque desde que eu me lembro, trabalho na roça, ajudava meus pais, no fumo, plantio, nas lavouras e com 12 anos eu saí de casa, comecei a assinar minha carteira. Aí eu trabalhava numa casa de família, fazia serviço da casa e ajudava na lavoura, tirava leite.

Pressionados pela necessidade de se inserir no mundo do trabalho, jovens entre 15 e 29 anos retornam ao ambiente escolar tendo por objetivo usufruir de um conjunto de bens materiais e simbólicos necessários à sobrevivência, como no caso de Elisa (que retornou aos estudos para conseguir emprego em uma fumageira). Estes retornam por meio da educação de jovens e adultos, acreditando que a dificuldade para se inserir no mercado de trabalho tem como justificativa, exclusivamente, sua baixa escolaridade.

Diego vê a interrupção dos estudos como algo que dificultou sua vida. Aqui, neste caso, a baixa escolaridade é vista por ele como algo que atrapalha na sua busca de emprego, ao contrário do que disse em outro momento da entrevista, quando afirmou que não era a falta de escolaridade e sim seus antecedentes criminais o motivo que mais contribuía para não conseguir trabalho: “faz muita diferença. Se eu tivesse estudo eu tinha serviço, tinha alguma coisa. O serviço já não tá fácil pra quem estuda (chorando), quem dirá pra quem não estuda, tá bem difícil.”

Duarte e Guimarães (2012) afirmam que nas sociedades sul-americanas os jovens atribuem um duplo sentido de valorização à educação, que para eles é ao mesmo tempo um direito e também um componente fundamental que lhes proporcionaria melhores oportunidades no mercado de trabalho. Apesar de considerarem a escola um meio de socialização, também a

veem como um espaço responsável por muitas frustrações, pois não a consideram como forma de realização de sonhos e desejos referentes à entrada no mercado de trabalho e de ascensão social. Tendo o jovem cada vez mais cedo a necessidade de ingressar no mercado de trabalho como meio de auxiliar no sustento familiar, é necessária uma educação condizente com essa realidade, o que poderia diminuir a evasão escolar, libertando-o da cruel escolha entre trabalho e educação.

O estudo de Duarte e Guimarães (2012) indica que o baixo nível de escolaridade dos jovens é resultado das dificuldades de acesso e permanência tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, reflexo do cenário em que estes jovens estão inseridos como a dificuldade de transporte, as constantes migrações e a conjugação entre trabalho e a escola o que resulta em sucessivas reprovações e evasão escolar temporária ou definitiva, o que mais na frente se apresentará como um dos grandes problemas para ingressar no mercado de trabalho.

As constantes repetições de ano foram destacadas por Diego como algo que causou, cada vez mais, seu desinteresse em continuar com os estudos: “já me sentia mal nessa parte. Eu era o mais velho, já não conseguia mais estudar, queria ser o mandão, só coisa ruim. Na verdade o cara achava que era malandro na época. Malandro bobo, né!” Nesse período, Diego relata que após ter sido reprovado por três anos na quinta série seu desinteresse com relação à escola só aumentou, sendo que no último ano em que estudou ia somente um dia por semana nas aulas, chegando a ficar, as vezes, duas semanas sem se fazer presente na escola: “[...] a cabeça já não estava mais para o estudo né!”.

Diego destaca que sempre teve muito apoio dos professores da sua escola, mas que depois da separação dos pais (fato que lhe causa forte emoção ainda hoje), o início do uso de maconha e as constantes reprovações, o desinteresse pelos estudos só foi aumentando: “[...] passei pelo conselho, tive muito apoio do diretor, professor, me ajudaram muito, só que já não era mais o mesmo né, não queria mais nada com nada.” Os relatos de Diego estão sempre carregados de um sentimento de desesperança e fracasso. Sua mãe sempre teve que trabalhar para auxiliar no sustento de casa. Seu pai, que era pedreiro, adoeceu em função do alcoolismo, necessitando de cuidados constantes, o que o afastou de toda e qualquer atividade remunerada, causando diversos problemas econômicos na família.

Com relação a jovens de classes sociais menos favorecidas, Duarte e Guimarães (2012) apontam que há, por parte desses, uma certa resistência à cultura escolar, fundamentando-se, provavelmente, na incerteza que pauta as suas vidas no mundo contemporâneo quanto à promessa de que a escola prepara para o mundo do trabalho.

Fernandes (2015), em pesquisa que realizou com sujeitos que abandonaram a escola quando jovens, aponta que a categoria “trabalho” se destaca tanto como motivo de saída (pela perspectiva da necessidade de sobrevivência), como de retorno (parcerias). Segundo Elisa, sua escolaridade (ensino fundamental completo) foi essencial para os empregos que conseguiu ao longo da vida. Para trabalhar em uma fumageira, era necessário concluir o ensino fundamental, sendo que foi o que a motivou a retornar aos estudos, conforme aponta a pesquisa de Fernandes (2015).

O estudo de Fernandes (2015) aponta que ao lembrarem suas trajetórias escolares e verbalizarem sobre os motivos da sua saída da escola, os estudantes relatam que tiveram que trabalhar desde muito cedo, pois mesmo ainda crianças já tinham responsabilidades de adultos. Alguns deles relataram que tiveram que parar com os estudos para cuidar dos sobrinhos menores. Outros ainda trouxeram que, por morarem no interior, era comum estudar somente até a quarta série, pois não tinham condições de mudar para a cidade e continuar com os estudos.

Segundo o mesmo estudo, Fernandes (2015) destaca que a subcategoria “para trabalhar” aparece de forma expressiva, servindo para confirmar a hipótese de que o trabalho é um eixo temático muito forte e significativo para o grupo pesquisado, permitindo refletir sobre os motivos da saída da escola e também responsável pelo retorno destes ao ambiente escolar. O início do trabalho desde muito cedo também foi citado por Elisa como justificativa para abandonar a escola. Ela também aponta o fato de saber ler e escrever como uma das razões para abandonar os estudos: “já sabia ler e escrever, pra que eu vou estudar? Foi uma decisão minha.”

Entretanto, Elisa percebe as oportunidades perdidas ao longo do tempo, quando cita em determinado momento da entrevista as colegas de aula que continuaram com os estudos e tiveram oportunidades diferentes.

Ah, todas as minhas colegas que continuaram tem uma profissão: uma é veterinária, a outra é médica, todas elas se formaram né, umas casaram, não terminaram os estudos mas tiveram uma oportunidade. Então eu fui buscar oportunidade na casa dos outros, muitas vezes passando necessidade. Então eu não estava muito preocupada com o que poderia acontecer. Ia ser diferente se eu tivesse continuado

O trabalho na roça como meio de subsistência familiar ou mesmo na “cidade grande”, para os que migraram do meio rural, tem forte presença nas respostas apresentadas quando os sujeitos justificam a interrupção dos estudos, segundo pesquisa de Fernandes (2015). Observam-se também outras respostas, como, por exemplo, para que os irmãos estudem. Para

a autora, nesta categoria podem ser identificados aspectos relacionados às condições de vida e de pobreza.

A mesma pesquisa revela também que questões familiares, como o falecimento dos pais, cuidar dos irmãos menores ou ainda questões de gênero como, por exemplo, pais que têm a ideia de que “mulher não precisa estudar”, podem contribuir para o abandono dos estudos. Para Fernandes (2015), a categoria trabalho e suas subcategorias simbolizam as razões pelas quais o sujeito procura a educação de jovens e adultos e volta a se matricular. Trazem em seus sentidos a necessidade do retorno à escola para que se efetive a conquista de um emprego ou a ascensão naquele em que se encontra.

Ainda segundo a pesquisa de Fernandes (2015) a saída da escola na infância ou adolescência por “desinteresse”, por “mudança/migração para a cidade grande” e por “falta de escola/concluiu o primário”, embora não apresentem frequências altas e apontem uma situação de passado (os motivos de saída da escola), são relevantes para que se continue a propor investigações que contribuam na busca por respostas substanciais para tais motivos e, segundo a autora, a partir de um olhar mais interno, pelo próprio sistema de ensino, permitir (re)pensar as causas de tais contextos.

Carmo (2011), em estudo sobre evasões e retornos de alunos de educação de jovens e adultos à escola, verificou que questões ligadas ao gênero, etnia, classe econômica, faixa etária ou escolaridade se apresentam estatisticamente importantes e são relacionadas às causas da evasão escolar. Entretanto, quando a questão dos motivos de evasão escolar foi abordada de um outro ângulo, através da pergunta “O que poderia fazer você parar de estudar novamente?”, outras faces das razões para abandonar a escola emergiram. Sob esse outro olhar acerca das características dos motivos de evasão escolar, foi possível chegar à conclusão de que o não reconhecimento social é o fundamento para a maioria dos motivos expressos pelos pesquisados.

Carmo (2011) destaca que a evasão escolar está presente em qualquer lugar onde esteja estabelecida a educação escolarizada, em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau, conforme a classe econômica do aluno ou sua família. Ou seja, o fenômeno do fracasso e da evasão escolar não é exclusivo da EJA. Pelas respostas dos alunos sujeitos do estudo desse autor, podemos identificar também que o trabalho não aparece como causa principal da evasão escolar, como destacado em outras pesquisas, mas sim a falta de interesse, que foi identificada como uma questão que se apresenta não só na juventude, mas também em jovens, adultos e idosos.

O começo do desinteresse pela escola é apontado por Diego sempre relembrando o evento da separação dos pais e o início do uso de substâncias psicoativas. Ele recorda que

sempre teve muito apoio dos professores e que gostava da escola em que estudava, até conhecer a droga. Destaco aqui algumas expressões utilizadas por Diego durante sua fala, do tipo “eu era uma criança normal”, ou ainda “queria ser alguém na vida”.

Gostava, até eu não conhecer a droga eu era uma criança normal (emocionado), como todas as outras, queria ser alguém na vida, mas depois da droga já não tinha mais vontade de estudar, de ir pro colégio, de levantar cedo, ficava até mais tarde na rua, daí depois da quinta série era de manhã.

Cabe destacar aqui que dentre os cinco sujeitos participantes dessa pesquisa, Diego foi o que mostrou-se mais emotivo durante seu relato. O fato de ter ingressado no mesmo dia dessa entrevista em acolhimento no CAPS AD pode ter contribuído para isso, já que era identificado em sua fala muitas expressões de desesperança e fragilidade. Estava reiniciando seu tratamento naquele dia após longo período recaído.

Como dito anteriormente, apesar do capítulo abordar lembranças relacionadas à escola, percebe-se nas falas dos sujeitos a presença muito forte de determinadas categorias como, por exemplo, infância, trabalho e dependência química. Identificam a baixa escolaridade como um dos motivos principais para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho ao atribuírem à escola a função principal de preparação para o mesmo. A categoria trabalho, especialmente, assume um caráter fundamental para os sujeitos dessa pesquisa, pois identificam que, através dele, conseguirão meios de garantir sua subsistência.

3.1.3 O aprendizado fora dos muros escolares: a educação informal

Segundo os sujeitos da pesquisa, apesar de ser um processo difícil e doloroso, vários foram os aprendizados adquiridos ao longo do tempo com relação a dependência química. A participação em grupos terapêuticos é sempre citada como um momento de reflexão e aprendizado, já que ali são compartilhadas experiências de vida onde cada participante encontra-se em momentos diferentes com relação ao processo de recuperação, seja ele a redução de danos ou a abstinência total. Com relação às práticas educativas observadas no CAPS AD durante o processo de trabalho, identificamos que elas se apresentam ora como não-formais (onde há a intenção por parte do sujeito), ora como informais. Especificamente com relação a educação informal pode-se dizer que ela ocorre em ambientes espontâneos onde a aproximação e a interação com outros sujeitos se dá pela afinidade de gostos e preferências, como podemos observar nos encontros dos grupos terapêuticos.

Diego destaca como a participação em grupos terapêuticos lhe proporcionou diversos aprendizados com relação à dependência química, sendo também um espaço de reflexão sobre os atos que praticou ao longo da vida: “[...] certamente aprendi com o depoimento das outras pessoas, eu sempre tirava alguma coisa pra mim. Às vezes eu tenho pensamentos ruins, lembrando o que eu fiz.” Esses momentos de refletir sobre o que vivenciaram também é destacado por Régis no que se refere a suas participações nos grupos, sendo um local de importante aprendizado:

Eu gosto de vir nos grupos, tem alguns depoimentos que mechem comigo. Até agora no último que teve, teve dois caras aqui que até eu conhecia, conheci eles no uso, uns caras que também estavam quebrados e desempregados, vendendo coisas também pra usar droga, só que eles são usuários de cocaína. Os dois pararam, faz bastante tempo. Hoje ele está legal, morando bem, tem carro, tem moto, anda bem vestido, já conseguiu emprego, trabalhando de motoboy, muita entrega pra fazer, tá tirando um bom dinheiro, mais de R\$2.000,00. A esposa dele vai começar a deixar a criança na creche, vai poder trabalhar também, ajudar ele. Isso me motiva, vendo os caras mais novos do que eu. Bah, já estou velho, já fiz demais, mas eu tenho ainda chance de pegar, arrumar um emprego uma coisa assim, arrumar uma companheira, refazer a vida de novo, pegar o meu resto de vida aí, no caminho certo. (RÉGIS).

No processo de educação informal ocorre a socialização do indivíduo, onde se moldam hábitos, formas de pensar, como também formas de utilização da linguagem pela convivência frequente com o grupo ou pela herança familiar presente desde o nascimento.

Segundo Gohn (2006, p. 30), a educação informal “não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente”. Conforme a autora, a educação informal atua no campo das emoções e sentimentos, sendo um processo permanente, tendo como característica não ser organizado, diferindo, dessa forma, da educação formal.

A importância que Lucas dá para a participação nos grupos é sempre relatada com muita ênfase. Segundo ele, as histórias dos outros participantes lhe acompanham mesmo após o término dos encontros, quando fica refletindo sobre as falas em sua casa. Para ele, mesmo após quatro anos de abstinência, a participação nos grupos é fundamental para o seu tratamento, além de servir de motivação para outros colegas.

Eu levo muito a sério, tenho uma responsabilidade muito grande com o grupo, vários se espelham em mim. Eu não pedi pra ser exemplo para

ninguém, mas eles me conhecem, eles fizeram uso junto comigo, então eles sabem que eu não estou contando uma historinha do livro tal, é a vida real.

A realidade vivenciada e compartilhada por cada participante durante o grupo terapêutico serve de conscientização para todos que ali se encontram. Esse pensamento é compartilhado por Alice ao destacar como o grupo terapêutico contribui para o seu tratamento.

[...] aprendi que a minha vida é um tesouro, porque tem gente muito pior do que eu, em pior estado do que eu, porque eu tenho pelo menos um teto pra dormir, uma roupa pra vestir, eu estou vendo colegas aii de pé descalço, eu estou vendo gente aqui dormir sentada porque dorme assim na rua com medo que vá morrer... vendo gente com frio, com fome [...].

A educação informal também é definida como aquela por meio da qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização,

ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). (GOHN, 2014, p. 40).

Nessa forma de educação não se “esperam” resultados (diferentemente da educação formal e não-formal). Segundo Gohn (2006), os resultados “simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.” Tem como método básico a reprodução do que é conhecido, as formas como foram aprendidas, internalizadas e observadas durante sua reprodução.

Durante o andamento dessa pesquisa muito se discutiu sobre o papel da educação e qual a sua importância no processo de recuperação do dependente químico. Na verdade, corremos o risco de, num primeiro momento, reduzir seu amplo significado a uma parte somente, que seria a “escolarização”, principalmente quando os termos “escolaridade” e “trabalho” estão em discussão. Como podemos perceber, o processo de educação não ocorre somente no ambiente formal escolar, ou seja, da sala de aula, dentro dos muros escolares.

Com relação aos sujeitos desta pesquisa, dependentes de substâncias psicoativas, questões relacionadas tanto com a baixa escolaridade bem como com uma possível “exclusão social” nos levam a imaginar que não estão sofrendo influências ou que não estariam sendo atingidos por práticas educativas, o que ao nosso ver destoa totalmente da realidade, já que elas

ocorrem diariamente no “território”³, principalmente quando estão com seus pares, que vivem as mesmas situações de fragilidade, de dependência, de vulnerabilidade ou da experiência de encontrarem-se em situação de rua. Há muito de aprendizado na “rua”. Há infinitas estratégias aprendidas para vencer uma noite de frio, de chuva ou mesmo, de como saciar a fome. Não é possível negar essa prática educativa que ocorre diariamente para esses sujeitos.

3.1.4 A intencionalidade na busca por conhecimento: a educação não-formal

A educação não-formal “capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2006, p. 29). Pode-se observar na educação não-formal a proximidade com alguns objetivos propostos na educação formal, escolar:

A educação não-formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social, contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais etc. (GOHN, 2006, p. 32).

A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira “há uma intencionalidade na ação: os indivíduos têm uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal.” (GOHN, 2014, p. 40). Cabe destacar aqui que essa forma de educação se desenvolve no território, onde se observam e se acompanham as trajetórias de vida dos sujeitos, sendo, portanto, localizada fora do ambiente escolar.

Esses locais ou ambientes são construídos coletivamente, por participação espontânea ou movida por forças segundo a vivência histórica de cada indivíduo e, talvez como sua característica mais marcante e que a difere de outras formas de educação, há, na educação não-formal, uma intencionalidade na ação, na participação, na transmissão e troca de saberes (GOHN, 2006).

Com relação ao tratamento ofertado pelo CAPS AD, Lucas destaca como é importante haver uma mudança de comportamento e estar aberto às orientações recebidas e compartilhadas, tanto pelos profissionais do serviço como entre os próprios usuários. Para ele, após diversas tentativas de cessar o uso, o que mais fez diferença da última vez foi a “humildade” com relação ao tratamento.

³ Local onde o indivíduo está inserido socialmente e convive com seus pares.

Olha, uma das lições lá do CAPS que eu levo assim pra minha vida em tudo é a humildade. Porque quando eu fui pra lá, eu “tirei uma roupa velha”, tirei a arrogância, eu me despi da prepotência, me despi do orgulho, entrei nu dentro daquela sala, cheguei lá, fui recebido por duas estagiárias de psicologia, de dezoito anos, metade da minha idade, que diziam as coisas e eu tinha que baixar a cabeça e ouvir e realmente ouvir e seguir o que elas estavam dizendo mesmo. Eu não fiz nenhum tipo de juízo de valor. Eu nunca ouvi ninguém e me dei mal! Essa vez eu vou ouvir e vou ver onde é que vai dar isso aí.

Dentre outros aspectos, podemos ainda destacar que essa forma de educação contribui para a formação da identidade coletiva do grupo ao qual o sujeito está inserido pois,

Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (...); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo. (GOHN, 2006, p. 30).

Diante das adversidades vivenciadas e compartilhadas durante a troca de experiências entre os usuários, seja nos grupos terapêuticos ou durante os acolhimentos e internações mais prolongadas, novas atitudes e comportamentos são identificados entre os usuários durante o tempo em que estão juntos, conforme destacado por Gohn (2006). Alice reforça em sua fala que os familiares, pelo desconhecimento que têm sobre dependência química, deveriam, de alguma forma, conhecer melhor esse universo e toda a complexidade envolvida no seu processo.

A gente aprendeu a dividir, a se organizar nas tarefas, as vezes tu é muito egoísta quando tu está na tua casa. Eu até comentei que acho que os familiares tinham que ter um vidrinho que a gente não visse que eles estavam olhando como é que é aqui, pra eles verem o que é a realidade. Porque é muito fácil tu ligar para o teu familiar, porque é muito fácil quem tá de fora ter um julgamento, porque tu está aqui dentro tu está confinado, não tem telefone e tu está com pessoas que têm problemas bem maiores que o teu. (Alice)

Conforme Gohn (2014), havendo na educação não-formal a intencionalidade, ela é, então, constituída por escolhas do sujeito. Seu aprendizado não é espontâneo porque os processos que o produz tem intencionalidades e propostas. O medo de recaída para aqueles sujeitos que encontram-se há mais tempo em abstinência gera percepções e escolhas com relação a forma como realizam seu tratamento.

Lucas é, dentre os participantes dessa pesquisa, o que se encontra há mais tempo em abstinência. Apesar disso, seguindo as orientações dos profissionais do serviço, desloca-se semanalmente até o CAPS AD para participar de grupos terapêuticos, rotina esta que ele não abre mão, sabendo da importância que essa prática tem para a manutenção do seu tratamento.

Eu aprendo muito com eles, eles não têm noção do quanto que eles me ajudam, tanto os profissionais como os colegas. No início do tratamento eu fui aprendendo, esse diálogo que tenho hoje seria totalmente diferente no início do tratamento. Porque no início as pessoas davam os relatos e eu dizia: “Não, mas eu não era pra tanto assim.” Eu já pensava que eu estava melhor que eles, ou era melhor. Com o passar do tempo, com os problemas, com as coisas que eles vinham me falando eu fui vendo: “Bah, mas nós somos iguais, nós fizemos as mesmas coisas, ele faz de um jeito, eu de outro, mas no frigir dos ovos é a mesma coisa, nós fizemos as mesmas coisas.

Podemos afirmar que a educação não-formal abrange diversas dimensões e possibilidades de formação, tais como a aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos; a possibilidade dos indivíduos se capacitarem para a atuação e organização com objetivos comunitários; a compreensão de conteúdos que os possibilitem a fazer uma leitura do mundo em que vivem, etc. (GOHN, 2014, p. 40).

Gomes et al. (2016) fazem relação da educação não-formal com a educação popular de Paulo Freire, no sentido de uma construção de consciência crítica do indivíduo.

A Educação Popular evidencia-se como uma proposta educacional voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo em relação à realidade em que está envolvido no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação desta realidade e na intenção, não de inseri-lo no mundo, uma vez que dele nunca deixou de fazer parte, mas, de fazer-se reconhecer a ele mesmo e aos outros, enquanto homem e enquanto cidadão, como parte integrante deste, e indispensável na dinâmica das relações sócio, político-culturais existentes nele. (GOMES et al., 2016, p. 06).

Observa-se que a educação não-formal proporciona ao indivíduo sua formação como ser político, de atuação comunitária, conhecedor do mundo que o rodeia e das questões coletivas e sociais onde está inserido. Porém, muitas empresas utilizam em seus programas sociais a terminologia de educação não-formal quando oferecem ações e programas à população menos favorecida, o que pode levar a uma interpretação errônea e reduzida do seu significado: “para nós, educação não formal não é sinônimo de programação para pobre. Para nós é formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos(as)” (GONH, 2014, p. 41).

3.2 O trabalho e seus diferentes significados para o dependente químico

Um dos grandes objetivos do paciente que inicia ou retorna ao tratamento para dependência química é o de conseguir (re)ingressar no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, pois acredita que é um aspecto que possibilitará o acesso à outros meios de subsistência (moradia, alimento, bens de consumo). Uma vez que as relações familiares se apresentam fragilizadas ou, em alguns casos, inexistentes, é comum que caiba a apenas eles a responsabilidade por seu sustento.

Ao abordarmos o tema, acreditamos ser importante analisar o significado da palavra trabalho, pois ela possui diferentes significados e representações para os diferentes povos, podendo gerar interpretações errôneas acerca do seu real conceito. Na maioria das vezes, conforme Albornoz (1994, p. 08), esse significado está relacionado à “emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura”. Ainda pode estar relacionado ao processo de nascimento de uma criança (trabalho de parto), ou ao encontro de grupos com finalidades e objetivos semelhantes (grupos sindicais, assembleias, etc).

Igualmente pode-se observar a utilização da palavra trabalho referindo-se à incômodo e dificuldade, quando se observam falas do tipo “aqui vieram passar trabalho”, “a última enchente deu muito trabalho”, pois junto a todas as suas significações ativas, trabalho, em português e no plural, quer dizer preocupações, desgostos e aflições (ALBORNOZ, 1994).

Em nossa língua, esse significado pode ser melhor compreendido quando buscamos a sua origem, derivada do latim *tripalium*:

Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra tripalium apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois. A tripalium se liga o verbo do latim vulgar tripaliare, que significa justamente torturar (ALBORNOZ, 1994, p. 10).

Dependendo das condições em que se desenvolve, seus objetivos e finalidades, o trabalho é vivenciado e percebido não como fonte de bem-estar, mas sim de sofrimento, privação e degradação humana (CIAVATTA apud GADOTTI, 2012, p. 3).

Nota-se assim o tom pejorativo que a palavra trabalho carrega consigo, sendo referenciado corriqueiramente à carga, fardo, tortura. A partir disso, Gadotti (2012) destaca que o trabalho, quando degradante, não pode ser considerado educativo nos termos em que se entende o educativo como emancipador, onde é “entendido como práxis, isto é, como atividade

teórico-prática por meio do qual os seres humanos se transformam transformando a realidade” (GADOTTI, 2012, p. 2).

Antunes (2008) destaca que dentre suas inúmeras funções, o trabalho deve ser encarado como meio de emancipação do ser, ao passo que deve-se recusar o trabalho que aliena e que resume a vida do trabalhador exclusivamente ao ato de trabalhar, já que ele é um ser múltiplo:

[...] por outro lado, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho, seria a efetivação de um esforço penoso, aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões. Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicita o ser social (ANTUNES, 2008, p. 2).

Apesar disso, Gadotti (2012, p. 2) aponta que o valor de uso do trabalho foi transformado em valor de troca pelo capitalismo, isto é, em mercadoria, empobrecendo, coisificando, embrutecendo e desumanizando o trabalhador: “Percebe-se uma transformação da significação do trabalho, pois ‘o que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham’” (ANTUNES, 2008, p. 3).

[...] com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário e mesmo dual (ANTUNES, 2008, p. 4).

3.2.1 As trajetórias de trabalho e a satisfação em trabalhar

Em geral, os sujeitos da pesquisa iniciaram muito cedo sua trajetória no mundo do trabalho, não muito diferente da realidade vivenciada pela maioria das pessoas da mesma classe social. Essas experiências foram um misto de sentimentos vivenciados pelos sujeitos, onde relatam as experiências negativas com relação ao trabalho, bem como as satisfações que determinados empregos lhes proporcionaram.

Diego afirma que iniciou trabalhando, informalmente, no campo de golfe perto de sua casa, por volta dos doze anos de idade, ajudando a carregar os tacos e mochilas dos praticantes desse esporte, “[...] uns doze, treze anos, lá no campo de golfe, era um *hobby*, mas trabalhava todo dia [...]” Diego também destaca outros trabalhos que realizou em sua vida, tais como cortar grama, limpar pátios e na lavoura no interior colhendo fumo. Também realizou atividades na empresa MOR e de vigilante, emprego este que, segundo ele, foi o melhor de todos: “[...] trabalhei 3 meses de segurança, melhor serviço que eu tive até hoje, lá em um condomínio. Meu

irmão me arrumou, trabalhei de porteiro, fazia a ronda de moto, trabalhava doze horas e folgava trinta e seis. Salário na época era R\$1.700,00, nunca tinha ganhado tanto dinheiro.”

Apesar de ter trabalhado muito pouco durante sua vida, Régis destaca a vigilância como o emprego que mais lhe trouxe satisfação. Relembra que trabalhou com carteira assinada aos quatorze anos, mas que na maioria das vezes fazia “bicos”, destacando a pintura de residências como sua principal atividade.

Já Alice começou a trabalhar como estagiária CIEE aos dezesseis anos de idade. Ao longo de sua trajetória, destacou o trabalho no HiperCard como o que mais lhe trouxe satisfação e prazer, apesar da constante pressão que sofria: “eu sempre tive essa boa simpatia. Clientes que eu tive há dez anos hoje passam e me cumprimentam. Me sinto feliz com isso sabe, eu não entendo porque eu fiz isso comigo mesma”, referindo-se aqui à dependência química e todas as oportunidades perdidas ao longo do tempo.

Lucas talvez seja, dentre os sujeitos participantes, o que mais experiências de trabalho teve ao longo da vida. Começou trabalhando aos quinze anos de idade na padaria de um mercado. Depois disso trabalhou como instrutor de autoescola e também em uma empresa do ramo do tabaco como motorista, onde posteriormente foi promovido e trabalhou na área de recursos humanos. Após formar-se em Educação Física, começou a trabalhar como *personal training*, profissão essa que exerce até os dias de hoje, paralelamente ao Direito.

Lucas destaca que em todos os locais que trabalhou sempre foi um excelente profissional e que o trabalho que mais gostou foi de instrutor de autoescola, apesar de relatar que seus empregadores eram pessoas muito ruins, não merecendo o profissional que ele era e seu comprometimento para com a empresa.

O que eu mais gostei de trabalhar foi como instrutor de autoescola. Sinto saudade, na verdade hoje eu sei, Deus que faz todas as coisas. Porque eu tive dois maus empregadores, eu trabalhei para duas pessoas que não mereciam o profissional da minha qualificação pra trabalhar com eles, é bem essa a verdade! A gente tem que ser humilde onde tem que ser né, então eu me considerava um bom profissional e não podia trabalhar para aquelas duas pessoas, eram más pessoas, em vários sentidos, então foi o que fez eu sair da autoescola.

Ao destacar as experiências de trabalho que teve ao longo da vida, Elisa conta que trabalhou em um hospital da cidade, de cozinheira; em uma metalúrgica; em empresas de tabaco como safrista, e como vendedora de loja de roupas na cidade de Santa Maria. Destes, o trabalho

como cozinheira no hospital lhe proporciona lembranças de muita satisfação: “[...] um ano lá, gostava muito. Era cozinheira.”

Antunes (2008) observa que o mundo do trabalho tem sido vital para os seres humanos, proporcionando realização e dignidade, conforme podemos confirmar pelos relatos dos sujeitos:

Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Sendo uma realização essencialmente humana, foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais (ANTUNES, 2008, p. 1).

Se para algumas pessoas o trabalho por vezes é descrito e/ou experimentado como algo degradante e alienado, para outras ele possui relevante função social, e aqui, especificamente nessa pesquisa, tem importante significado para o dependente químico, pois traz a sensação de pertencimento em uma sociedade que constantemente o exclui.

A satisfação proporcionada pelo trabalho tem grande importância para Alice e apesar da mesma ter sofrido constantes pressões, o trabalho é lembrado com muito orgulho. Como afirma De la Hera, apesar de todas as limitações do trabalho, “[...] as pessoas costumam sentir-se bem pelo fato de trabalharem, independentemente do grau de satisfação que concretamente experimentam” (apud VIEGAS, 2014, p. 5). Para o autor:

[...] a dimensão psicossocial que o trabalho possui resulta em sua centralidade no estabelecimento da identidade pessoal e social, contribuindo decisivamente para a autopercepção que os sujeitos têm de si mesmos. Dessa maneira, o trabalho (ou a ausência dele) é o “eixo central que articula e estrutura (ou desarticula e desestrutura) a vida das pessoas e inclusive as sociedades em seu conjunto.”

Observamos aqui o importante papel que o trabalho ocupa na vida das pessoas. Muito além de ser somente uma fonte de renda, ele proporciona a formação de identidade, de reconhecimento e pertencimento, em conformidade com o que explica Antunes (2008), que ressalta que é importante dar um sentido maior ao trabalho, o que tornaria também a vida humana dotada de sentido. Essa busca por satisfação que o trabalho deveria proporcionar podia ser observada no comportamento da classe operária de assalariados nos anos gloriosos do crescimento.

Mesmo para os operários, a luta não era o único meio de obter a identidade social. Com a dinâmica das organizações em pleno crescimento, afirmava-se progressivamente a ideia de que pelo trabalho os indivíduos buscavam outra coisa além do sucesso econômico conversível em bens materiais para se tornar esse homem unidimensional da sociedade de consumo [...]. Ser identificado por suas obras, seu

meio, seu percurso, sua resistência tornava-se um objetivo primordial da experiência de trabalho, assimilada não somente a um meio técnico e econômico, mas vivida mais profundamente pelos indivíduos como uma verdadeira fonte de socialização, de constituição do sujeito individual em ator social de uma coletividade: a da organização produtiva, e não mais apenas a da ação política com fins revolucionários (SAINSAULIEU, 2001, p. 60).

3.2.2 Precarização, desregulamentação e experiências negativas de trabalho

A precarização no mundo do trabalho tem atingido de forma intensa a vida e a saúde dos trabalhadores. Segundo Borsoi (2011, p. 113), o grande problema é que “esse fenômeno vem sendo abordado, muitas vezes, sem que se considere que o trabalho precário e suas consequências são constituintes históricos do capitalismo, e não apenas uma característica de seu momento atual.” Dentro dessa ótica, Aquino (2005, p.114) afirma que a “precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por constituir-se numa resposta ‘contemporânea’ do capital, que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores.” A flexibilidade, segundo Borsoi (2011, p.114), “permite aos empregadores exercerem um forte controle sobre uma força de trabalho assim enfraquecida, exposta a um quadro de desemprego cada vez mais acentuado e a uma perda do poder sindical.”

Com relação à experiências negativas de trabalho, Diego recorda quando trabalhou em uma fábrica de calçados localizada na cidade de Santa Clara do Sul. Os aspectos negativos se relacionam principalmente às condições do trabalho e remuneração: “[...] lá foi ruim demais, acordava cedo, chegava tarde, salário era muito baixo, apesar que eu não tinha gasto nenhum. O cara quando é jovem é burro mesmo, mas não me adaptei lá, fiz empréstimo no banco na época, aí me afundei mais.”

Antunes (2001) aponta que o neoliberalismo tem acarretado diversos aspectos nefastos, dentre eles um monumental desemprego e a precarização do trabalho. Ao analisar o fenômeno do desemprego como um aspecto da cultura do trabalho, Blanch identifica diversas disfunções por ele causadas:

[...] desorganização do tempo cotidiano, isolamento e não comunicação, vulnerabilidade social, imoralidade pessoal e inutilidade social percebida, déficit de papéis, estatus, poder, prestígio, reconhecimento e identidade sociais, deterioração das competências profissionais e inviabilidade do desenvolvimento de planos de trabalho, desarticulação de projetos pessoais, profissionais e organizacionais, evasão do desemprego para paraísos artificiais, para o álcool, tabaco, fármacos e outras drogas, depressão, desinteresse, desesperança e desmoralização, incerteza, pessimismo e desconcerto existenciais, sentimentos de fracasso, frustração, ressentimento e hostilidade, consciência de injustiça, insegurança e indefesa, autoimagem, autoavaliação, auto-estima e auto-eficácia negativas, etc (BLANCH apud VIEGAS, 2014, p. 6).

Muitos pacientes do CAPS AD III relatam a adolescência como início da experiência no uso de alguma substância psicoativa, o que, dentre as várias consequências, pode levar à evasão escolar, tornando este fato um grande problema na busca pelo trabalho formal e ainda dificultando o (re)ingresso no mercado de trabalho, bem como de aperfeiçoamento profissional e tecnológico, exigência esta cada vez mais presente no cenário profissional. Conforme Antunes (2001, p. 43),

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

A nosso ver, a importância da relação entre trabalho e educação é inegável. Apesar de o desemprego não se restringir somente a aqueles que possuem uma baixa escolaridade, observa-se, cada vez mais, a exigência de uma escolaridade mínima pelo mercado de trabalho quando oportuniza vagas de emprego. Nesse sentido, Gadotti (2012, p. 5) destaca que “não podemos nem subestimar, nem superestimar o papel da educação no mundo do trabalho. A educação não pode deixar de acompanhar o que acontece no mundo do trabalho: sua evolução, o surgimento de novas ocupações, sua historicidade, seu tempo”. Segundo a autora, “há uma relação estrutural entre ambas, pois é nestes dois espaços – o da educação e o do trabalho – que se forma a classe trabalhadora” (GADOTTI, 2012, p. 5).

O desemprego afeta a maior parte dos sujeitos entrevistados. Com exceção de Lucas, todos os outros quatro encontravam-se em situação de desemprego quando participaram dessa pesquisa: “última vez que eu trabalhei com carteira faz uns 5 anos, como vigilante.” (Régis); “[...] eu acho que a última foi em 2015 ou 2016, lá nessa empresa de fumo.” (Diego); “eu estou desempregada desde que eu fui para Sinimbu, isso também me depressiu, porque eu sempre trabalhei.” (Alice).

Elisa relata que as oportunidades de trabalho foram, ano a ano, diminuindo e por sentir fortes dores no corpo não consegue mais realizar as atividades de faxina que fez ao longo da vida, demonstrando desejo de retornar ao interior onde acredita ser melhor. As consequências do início do trabalho precoce na vida de Elisa causaram-lhe, ao longo do tempo, diversas doenças, entre elas, hérnia de disco, bico de papagaio e também um problema nos pulmões que não soube identificar durante a entrevista.

Eu quero ir embora! As oportunidades depois que a gente vai adquirindo idade...as oportunidades na cidade são mais difíceis, ainda mais depois. Você não tem um curso na vida, não tem uma perspectiva, você não tem uma profissão, tudo se torna mais difícil. Eu estou querendo voltar para o interior. (ELISA).

Nos empregos como doméstica, Elisa sempre trabalhou na informalidade e ainda havia o fato de serem trabalhos temporários. Com o passar dos anos, a descoberta de certas doenças gerou incapacidade pra Elisa, que já não consegue mais realizar as atividades de limpeza.

Antunes (2012) destaca que, especialmente durante a década de 1990, observou-se um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes das leis trabalhistas, aumentando em grande número os índices de trabalhadores sem carteira assinada em relação aos trabalhadores com carteira assinada. Com relação a precarização do trabalho, o autor aponta que na década de 1980 o número de empresas de terceirização que ofertavam trabalhadores de perfil temporário era relativamente pequeno, ao passo que na década seguinte esse número aumentou significativamente, com o objetivo de atender à grande demanda por trabalhadores sem registro formalizado, sem vínculo empregatício, ou seja, força de trabalho informal: “estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, etc” (ANTUNES, 2012, p. 59).

Borsoi (2011, p. 128), destaca que “a flexibilização no mundo do trabalho deu origem a uma forma de precarização que parece ser mais propriamente um refinamento das formas anteriores de precariedade laboral.” Segundo Borsoi, (2011, p. 114), a precarização do trabalho

diz respeito à ampliação dos vínculos de trabalho parcial sem carteira assinada, por tempo determinado ou sem rendimento fixo, bem como às más condições de trabalho e à deterioração das relações laborais. Isso significa que, quando flexibilizam-se os direitos anteriormente conquistados, precariza-se a situação de trabalho.

Antunes (2012), ao analisar a flexibilização do trabalho no Brasil, principalmente na década de 90, observou um forte processo de reestruturação produtiva e organizacional. O autor destaca que houve expressivo aumento das relações de trabalho desregulamentadas, o que gerou a migração de trabalhadores assalariados com carteira assinada para trabalhadores sem carteira assinada. Régis é um exemplo dessa precarização, ao lembrar que embora tenha trabalhado com carteira assinada aos quatorze anos, na maioria das vezes fazia “bicos”, destacando a pintura de residências como sua principal atividade.

Hirata (2011) afirma que a crise vivenciada no Brasil em 2008 teve início justamente nos anos 1990, com as privatizações, a diminuição da proteção social e a redução de todos os serviços públicos. No início da crise, em fins de 2008, “centenas de milhares de trabalhadores com registro em carteira foram desempregados de setores como a indústria automobilística e de outros setores que empregavam um alto número de trabalhadores regulares” (HIRATA, 2011, p. 15). Segundo Antunes (2012), essas mudanças estão relacionadas à reestruturação produtiva do capital, onde grandes empresas procuram aumentar sua competitividade por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da terceirização e subcontratação.

Como visto acima, muitos dos entrevistados relacionam a escolaridade a melhores chances de ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, poucos deles falaram sobre as condições de trabalho. Lucas, porém, demonstra sua preocupação e consciência com relação ao tema abordado, afirmando que “[...] a gente não pode esquecer que na escravidão não tinha desempregado. Os escravos tinham emprego, os escravos trabalhavam, mas e as condições!?”.

Lucas também lembra o tempo em que trabalhou no mercado, como padeiro, aos quinze anos, local onde trabalhava de domingo a domingo. Recentemente houve uma grande discussão entre a população da cidade de Santa Cruz do Sul com relação a instalação de uma nova empresa que está para se instalar no município. Era exigência por parte dessa empresa sua abertura aos domingos, postura esta que contraria o que vinha sendo adotado na cidade entre os comerciantes até então. Esse episódio gerou grandes discussões entre sindicalistas, poder público e a sociedade como um todo, já que os índices de desemprego só aumentam no país e não são diferentes nessa cidade. Entretanto, Lucas tem um ponto de vista crítica sobre o assunto em questão:

Por isso hoje eu entendo esses sindicalistas em relação a essa [empresa] que tá vindo pra cá. Porque eles vêm com uma política que vão dar 150 empregos e ele quer saber em que condições eles vão dar esse emprego, e as pessoas estão envolvidas por falácias e aquilo vai tomando uma proporção e não entendem a posição do sindicalista. Não sou sindicalista, nem conheço essa pessoa, nem conhecimento de direito trabalhista, mas eu estou vendo que ele (sindicalista) quer ver o que é melhor para o trabalhador, porque dentro da Constituição, no artigo 6º, fala dos direitos sociais, lá tá o direito ao lazer. E que lazer tu vai ter se tu trabalha aos domingos? Antigamente a gente trabalhava mais pra ganhar mais. Hoje tu vai trabalhar mais pra ser voltado pro banco de horas, então tu vai ganhar uma folga lá por 3ª feira de tarde, o que tu vai fazer com folga esses dias: ou tu vai dormir, ou vai sair a bater perna do nada pra lugar nenhum. As pessoas da tua relação, da tua família, estão trabalhando, então a gente enxerga as coisas de uma maneira diferente devido ao conhecimento que tu tem das leis

trabalhistas, de toda essa revolução até chegar hoje essa CLT, toda história até como chegou até aqui, porque eles vêm oferecer empregos, mas sem condições! (LUCAS).

Ainda sobre a questão da precarização do trabalho, observa-se o surgimento de um fenômeno relativamente novo, denominado “emprego temporário voluntário”, onde o trabalhador, após tentar ingressar no mercado de trabalho, “é obrigado a aceitar um emprego temporário, e que tal experiência num ‘tempo incerto e num espaço inseguro carrega o enfrentamento da imprevisibilidade no plano cognitivo e da incontrolabilidade no emocional” (BLANCH e CANTERA apud VIEGAS, 2015, p. 7). Hirata (2011, p. 17) alerta para os perigos dessa modalidade contratual, em que “o trabalho em tempo parcial é uma modalidade de contratação que provoca insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical.”

Seguindo essa linha de pensamento, Borsoi (2011) afirma que os trabalhadores pagam um preço imenso para manter seus contratos, como baixos salários, direitos sociais reduzidos, ameaças de perda do emprego, bem como jornadas extensas e cobranças excessivas por metas de produtividade. Como o número de desempregados é expressivo, e estes teoricamente estão dispostos a aceitar uma vaga mesmo que as condições salariais e de direitos não sejam as mais adequadas, há uma intensificação do trabalho por aqueles que se encontram estáveis, tentando assim garantir seu emprego, o que caracteriza a precarização do trabalho de todos, estáveis ou não (HIRATA, 2011). A autora destaca que

Um dos aspectos salientados por Robert Castel (1995, 2003) (...) foi o da precarização dos trabalhadores estáveis (“déstabilisation des stables”), isto é, a fragilização e a vulnerabilidade dos trabalhadores empregados, e não apenas dos excluídos (HIRATA, 2011, p. 20).

Essa situação ocupacional gera um sujeito débil, pela incerteza de seu destino enquanto trabalhador, num mundo que não lhe oferece segurança nem garantias mínimas, “[...] e, por tudo isso, estressado, pessimista, insatisfeito, descontente, infeliz, desmotivado e desimplicado com respeito a uma organização só comprometida com ele durante a vigência do contrato temporal” (BLANCH e CANTERA apud VIEGAS, 2015, p. 8).

A precariedade no trabalho atinge os mais diversos cargos, “tanto no setor secundário quanto no terciário, tanto relacionada aos executivos quanto aos trabalhadores de execução” (HIRATA, 2011). Para Borsoi (2011), a precariedade no trabalho pode ser considerada mesmo uma condição para a existência do capitalismo, sendo uma de suas características ontológicas.

Então, o que se tem hoje, é um momento de refinamento da capacidade de exploração e dos modos de expressão dessa condição.

3.2.3 A precarização do trabalho em diferentes grupos

Cabe aqui destacar que com relação à precariedade e exclusão no mundo do trabalho, tanto os jovens, quanto homens, mulheres e os idosos são afetados. Segundo Antunes (2008), os jovens, ao vivenciarem a sociedade do desemprego estrutural, engrossam as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados sem perspectivas de trabalho. Do outro lado, os trabalhadores idosos dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho após serem excluídos dele, fato este também observado em outros países.

Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho (ANTUNES, 2001, p. 43).

Historicamente, com o surgimento da maquinaria, houve um aumento expressivo na contratação de mulheres e crianças para trabalhar nas fábricas, uma vez que já não se precisava da força muscular para desempenhar a maioria das funções (BORSOI, 2011). Da mesma forma que os jovens e idosos sofrem as consequências da precariedade nas relações de trabalho, as mulheres são tão ou mais afetadas e é possível identificar como a precariedade atinge de forma significativa esse grupo em particular.

Para Elisa, a lembrança de trabalhar desde muito jovem na casa de outras pessoas causou-lhe forte emoção, pois, segundo ela, isso lhe roubou a infância: “[...] tinha oito anos, sempre trabalhando na casa dos outros. Às vezes a gente trabalhava pela comida, então aos doze anos eu resolvi: ‘já que eu estou trabalhando e eles assinam carteira eu tenho um dinheiro por semana pra levar pra casa’.” Nessa casa de família em que trabalhou Elisa lembra que não era tratada como sendo da família, tendo inclusive que esperar todos acabarem as refeições para que pudesse então comer: “[...] sempre muito sacrifício, trabalho, passando na mão dos outros e eu trabalhava nas casas. Eu não era que nem da casa sabe, eu comia depois que todo mundo comia [...]”.

O trabalho, para Elisa, tem especial significado. Durante toda a entrevista ela sempre reforçou que iniciou trabalhando desde muito cedo ajudando em casa. Com doze anos, após sofrer abuso sexual dentro de sua casa e aliado ao alcoolismo de seu pai (o que gerava muitas

discussões e agressões), ela resolveu sair para trabalhar na casa de outras famílias, retornando para a casa de seus pais somente aos finais de semana: “[...] com 12 anos eu saí de casa, comecei a assinar minha carteira, aí eu trabalhava numa casa de família.”

O fato de ter saído de sua casa com a idade de doze anos e de trabalhar na casa de outra família, onde ajudava nos afazeres domésticos e da lavoura, não a livrou do assédio por parte dos filhos dos seus patrões, já que, segundo ela, estes a viam somente como a “simples empregada”. Questionada sobre se ocorreram outras tentativas de estupro na sua infância, Elisa relatou: “[...] sim, tinha os filhos deles (patrões), eu era a simples empregada [...]”. Elisa engravidou com quinze anos em decorrência de um estupro.

Segundo Hirata (2011), as consequências da precarização são muito diferentes entre homens e mulheres, sendo estas últimas atingidas mais fortemente.

Há um exemplo curioso, mas que revela a especificidade da precarização: segundo se trata de mulher ou homem, as japonesas “sem teto” (chamadas no Japão *homeless*, em inglês), que descreveram sua situação em 08 de março de 2009 em um colóquio em Tóquio, disseram que eram chutadas pelos homens que as viam deitadas sob caixas de papelão no parque de Ueno, e muitos paravam para perguntar por que elas não se prostituíam, em vez de dormirem no parque. Os homens “sem teto” não são chutados, nem exortados a irem se prostituir. Não se trata aqui apenas de um “*handicap*” econômico, mas também de vulnerabilidade social e mesmo sexual, no caso das mulheres “sem teto” (HIRATA, 2011, p.18).

A autora descreve como o aumento do trabalho feminino, a partir dos anos 1990, veio acompanhado do emprego vulnerável e precário, segundo ela, “uma das características principais da globalização numa perspectiva de gênero” (HIRATA, 2011, p.16).

Borsoi (2011) afirma que “todos os trabalhadores estão submetidos a algum jeito de precariedade laboral.” Segundo a autora, sua intensidade parece ser maior ou menor, dependendo da modalidade do vínculo de trabalho, terceirizado ou não-terceirizado, formal ou informal e em alguma medida da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores e do seu nível de qualificação.

[...] a precariedade do trabalho atinge todos os ramos de atividades e todas as categorias profissionais, apresentando-se tanto mais aguda quanto mais desqualificados e desprotegidos forem os grupos de trabalhadores, e quanto mais amplo for o exército de desempregados (BORSOI, 2011, p.128).

Hirata (2011, p. 17), apoiada em dados censitários referentes a ocupação da mão de obra brasileira na década de 1990, afirma que “o número de trabalhadores precários mulheres (em

torno de 30%) era maior do que o número de trabalhadores precários homens (em torno de 10%).”

3.3.4 Trabalho e dependência química

Além de todas as questões relacionadas à saúde, a dependência química pode afetar de forma significativa outros setores da vida dos sujeitos. Aqui, neste subcapítulo especialmente, serão relatadas as relacionadas ao mundo do trabalho e seu impacto na vida dos participantes da pesquisa. Dificuldades em se expressar nas entrevistas de emprego, uso do salário para manter o consumo e desesperança proporcionadas pela percepção de que não são dignos ou merecedores foram algumas expressões utilizadas durante as entrevistas.

O trabalho é parte importantíssima do processo identitário, uma vez que ocupa grande parte do tempo de vida e é através dele que expressamos, pertencemos e somos reconhecidos pelo grupo social.

A socialização dos indivíduos pelo trabalho foi objeto de uma descoberta progressiva da pesquisa sociológica ao longo dos anos de crescimento econômico, e depois, de crise. As experiências de pertencimento, de realização de uma obra, de trajetória, e de oposição constituíram as vias privilegiadas de afirmação identitária pelo trabalho (SAINSAULIEU, 2001, p. 56).

Para o dependente químico, o trabalho oferece muito mais do que apenas ganho financeiro, pois eleva sua autoestima, traz o sentimento de pertencimento e, além disso, contribui “para que ele se sinta valorizado novamente perante a sociedade e a família (SOUZA; BECKER; DIEHL; 2016, p. 120).

Conforme Souza, Becker e Diehl (2016, p.117), “o trabalho é entendido como algo além do ato de vender forças de trabalho em troca de remuneração, e influencia de forma direta no pertencimento a grupos e a certos direitos sociais.”

Dejours (2008) ressalta que um grande motivador do trabalho é o reconhecimento, que tem um significado que permeia a realização do sujeito, o que possibilita ganhos à sua identidade, como bem destacam Souza, Becker e Diehl (2016, p. 119), onde afirmam que “os sujeitos evidenciam o trabalho como uma escolha, como uma forma de realização e reconhecimento, como motivo de orgulho, de sentirem-se importantes e como construtor da identidade e gerador de vida.”

Muitas vezes o sentimento de não pertencimento e exclusão causada pelo desemprego é internalizada como verdadeira, uma vez que é disseminada massivamente pela sociedade, podendo tornar-se algo que oprime o sujeito, como aponta a pesquisa realizada pelos autores:

“[...] no grupo, surgiram questões como a importância de se trabalhar para ser independente e ter um lugar na sociedade, e que o homem só é digno e aceito socialmente se for trabalhador (SOUZA; BECKER; DIEHL; 2016, p. 120).

Além de todos os aspectos já mencionados que o trabalho poderá proporcionar ao dependente químico, ele também cumpre com a função de ocupar o tempo livre e os pensamentos que por ventura podem se fazer presentes durante o tempo ocioso, assumindo assim uma função terapêutica.

O desejo, a fissura, segundo eles, aparecem nos momentos de ócio. Aqui também fica explícita a importância do trabalho para a reabilitação, para que haja uma reestruturação do sujeito, inserir-se novamente na realidade cotidiana e conseguir manter-se focado em algum estímulo para que não haja recaídas (SOUZA; BECKER; DIEHL; 2016, p.121).

Ao mesmo tempo em que gera sentimentos de valorização e reconhecimento e assume uma função terapêutica ao ocupar o tempo vago, há também a dificuldade de conciliar o trabalho com a dependência química, pois o uso interfere diretamente na produtividade, na força de trabalho, na qualidade do serviço e nas relações que o sujeito mantém nesse ambiente, tornando-o alguém instável (SOUZA; BECKER; DIEHL; 2016), como podemos observar na fala de Régis.

Régis recorda que a maioria de seus amigos na adolescência não estava trabalhando e os frequentes convites para o uso de drogas o afastavam de continuar no trabalho: “tinha a gurizada que não estava trabalhando. Diziam: ‘bah, tô com a lasca de baseado, vamos para o rio fumar.’ Aí ia para o rio e não ia trabalhar, faltava e quando eu via terminava o contrato, mandavam embora.” Em razão do uso Régis disse que apesar de eventualmente arrumar emprego, nunca chegou a ajudar com as despesas de casa: “[...] eu recebia, mas ajudar nunca ajudava. Gastava tudo com droga.” Essa instabilidade faz com que o usuário costumeiramente omita sua dependência nas empresas em que trabalha.

A consciência do não-reconhecimento dos problemas de saúde, por parte das empresas nas quais trabalham, faz com que muitos trabalhadores procurem ocultar determinados sintomas que, obviamente, agravam-se com o tempo. Entre as justificativas apresentadas está o medo da demissão (...). O trabalhador adoecido pode, então, experimentar um profundo sentimento de desamparo, uma vez que não encontra, no contrato de trabalho que assumiu, a segurança necessária para preservar minimamente sua saúde (BORSOI, 2011, p.126).

Nos relatos dos sujeitos participantes dessa pesquisa, surgiu o posicionamento dos pais com relação à dependência química e o trabalho, como relata Régis: “[...] ela [sua mãe] preferia

até que eu trabalhasse e sustentasse o meu vício do que roubar dela. Ela dizia: ‘quer ter vício, sustenta o vício’. Da mesma forma, Diego justifica seu tempo em regime fechado durante o período em que estava desempregado, alegando que “[...] por isso eu passei por tanta cadeia, eu tinha o vício de roubar, só pensava em roubar e usar droga. Porque a minha mãe já não tinha para me dar, meu pai também não, eu não estava trabalhando, o que eu ia fazer?”

A dependência química algumas vezes pode levar o indivíduo para o mundo do crime, ao praticar atos como assalto, roubo, tráfico, entre outros. Buscam um meio de arrumar dinheiro para manter o vício quando não têm outra fonte de renda, levando-os, muitas vezes, a passar um tempo em regime fechado: “[...] nos últimos tempos eu passei dois anos, três anos, minha vida foi só cadeia, tive preso, não tive muito contato com serviço, passei três anos preso, ia pra rua, voltei pra cadeia, fiquei mais uns dias de novo.”

A dependência em álcool e outras drogas afetou de forma significativa a confiança durante as entrevistas de emprego para Alice: “[...] com o tempo, com o aumento do consumo, eu tentava me expressar e não conseguia, eu chegava em uma entrevista de emprego e ficava aqui paralisada e eu sempre saía de uma entrevista de emprego empregada.” Alice é uma pessoa que sabe se expressar muito bem. Possui boa articulação das palavras, é desinibida, sente-se à vontade nos mais variados ambientes, além de se relacionar bem com todos a sua volta e ter muito carisma. O uso contínuo do álcool é lembrado por ela em outra entrevista de emprego, essa mais recente: “[...] eu consumia (álcool), eu fiquei muito nervosa. Então eu não conseguia parar de tremer, a minha voz não saía, eu gaguejava e não conseguia raciocinar o que eu queria falar. Quando as meninas estavam se apresentando eu estava formulando o que eu iria falar, na hora.” O nervosismo e a falta de confiança só contribuíram de forma negativa nesse processo: “[...] eu estava muito ansiosa, com medo, porque as pessoas pareciam sempre melhores do que eu, mais preparadas.”

Segundo Alice, ao chegar para tratamento no CAPS AD, ela solicitou medicamentos durante uma consulta com o médico da unidade com o objetivo de que isso lhe acalmasse durante as entrevistas marcadas previamente: “[...] eu preciso de um remédio que me ajude a chegar, sentar e conversar, porque eu sempre fui muito acelerada, e ele (o médico) me deu. Antes as pessoas não conseguiam me escutar. Tu está escutando bem o que eu estou falando! As pessoas sempre pediam pra eu repetir.”

Estar em condições de saúde para realizar e garantir seu trabalho não é uma preocupação nova para o trabalhador. Conforme Borsoi (2011, p. 117), Engels já retratava o cenário do trabalho nas fábricas e o impacto disso na vida dos trabalhadores bem como a tentativa de manterem-se saudáveis mesmo que as condições de trabalho e de moradias fossem degradantes.

Assim, “não gozar de saúde para trabalhar era sinônimo de desligar-se definitivamente do trabalho”.

Paradoxalmente, o fato de arrumar algum trabalho também pode ser um gerador de instabilidade para o dependente químico, ao administrar de forma menos cuidadosa seu salário. Muitas vezes não estão fortes⁴ o suficiente para administrar o dinheiro recebido e, não raro, isso pode favorecer recaídas, levando, conseqüentemente, à perda do emprego.

Como começou a trabalhar desde muito cedo, Lucas separava parte do seu salário para manter o uso. Com o tempo, percebeu que poderia ter ganhos extras buscando drogas para fornecer ao seu círculo de amizades, já tendo inclusive seus clientes certos.

E começou que eu ganhava o meu salário, já vislumbrava uma maneira de fazer esse meu salário dar uma rendida também, e já pegava R\$200,00 e separava, aquilo ali eu conseguia “bricar”, pagava e ainda sobrava uma boa quantidade pra eu fazer meu uso. Então por um bom tempo eu usava de graça, corria o risco de ir buscar, ganhava um dinheiro aí. Já tinha meus clientes certos, que eram meus amigos da volta, que não queriam ir até o Camboim pra buscar, queriam receber em casa e recebiam, eu já tinha moto e aí as coisas começaram a ir pra um outro lado, de consumidor já estava vendendo.

O aumento dos ganhos de Lucas lhe proporcionou acesso a drogas mais elitizadas, como a cocaína: “[...] eu comecei a fazer parte de outro círculo de amizades, com maior poder aquisitivo, e ali se fazia o uso de cocaína [...]” Esse estilo de vida afetou de forma significativa a relação de Lucas com o trabalho. Diferentemente do tempo em que utilizava somente a maconha, os prejuízos agora eram maiores, causando, inclusive, demissões: “[...] cheguei a perder emprego sim.”

Na verdade, começava muito bem, sempre com bom relacionamento dentro do emprego, depois aquilo já não tinha o mesmo rendimento, isso eu digo mais na parte final agora da cocaína. Antes quando eu fumava maconha, com toda sinceridade, causava prejuízos, mas não era tão externado assim. Consegui cumprir minhas obrigações, não tinha problemas, sempre fui um bom profissional. Mas depois o uso da cocaína foi me causando prejuízos maiores, porque eu virava uma noite fazendo uso e ia trabalhar sob efeito.

⁴ No sentido de estáveis clinicamente.

O trabalho é aqui visto como algo que lhes proporcionava uma renda, por vezes incentivado pelas famílias para ajudar em casa, mas também como algo que, em função de sua dependência química, lhes facilitava o acesso a essas substâncias de que faziam uso. Paradoxalmente, a fonte de renda proporcionada pelo trabalho lhes afetava na continuidade e na assiduidade no local de trabalho, o que, na maioria das vezes, causava muita instabilidade com relação aos seus empregos.

De acordo com Soldera et al. (2004), a disponibilidade financeira que a atividade laboral proporciona está entre os principais fatores facilitadores do uso de drogas lícitas e ilícitas. Além disso, estudos revelam que os jovens entrevistados consideram que o principal acesso para o uso de substâncias psicoativas é a disponibilidade de recursos financeiros para comprá-las (DUARTE ALARCÓN et al., 2012 apud SOUZA; BECKER; DIEHL, 2016, p. 123).

O fato de não conseguirem emprego, aliado a dependência química, causa em alguns sujeitos dessa pesquisa o sentimento de exclusão, desesperança e, por vezes, até falta de identidade, como no caso de Elisa quando fala que não se sente importante nem que faz falta para as pessoas: “por não conseguir trabalhar, porque eu não acho que eu sou alguém na vida, se eu for hoje quem vai sentir vai ser meus filhos.” (Elisa). O desemprego e os problemas relacionados à dependência química levaram Elisa a duas tentativas de suicídio relatadas por ela: “[...] eu tentei me atirar na frente de um caminhão, atravessei na rua, não olhei para os lados na BR471, na frente do Hospitalzinho. Se alguém passar por cima de mim que passe! Podia ter prejudicado mais alguém, então foram duas tentativas assim.” Na primeira tentativa, Elisa foi até uma ponte localizada próximo ao quartel mas, por medo de ficar com alguma sequela, desistiu de jogar-se.

A falta de trabalho impacta de forma significativa o sujeito. Na sociedade atual, estar desempregado pode remeter à renúncia e privação das possibilidades de realização de si mesmo, de reconhecimento (DRIDA et al., 2001 apud SOUZA; BECKER; DIEHL, 2016, p. 120). A busca constante por atividade remunerada e as dificuldades encontradas durante essa caminhada podem gerar sentimentos de frustração com os quais nem sempre o sujeito consegue lidar de forma segura. Hirata (2011) aponta que entre os suicídios de trabalhadores, as duas razões mais frequentemente identificadas são os problemas de saúde e os problemas econômicos (não encontrar trabalho).

Assim, o trabalho assume papel de grande importância para o dependente químico, principalmente após o tratamento, quando encontra-se estabilizado para desempenhar suas funções. Este deseja retornar logo aos seus afazeres, até porque quer evitar ao máximo o tempo ocioso.

[...] pode-se perceber a vontade e determinação dos dependentes em explicitar que podem voltar a trabalhar, a serem produtivos e competentes. Sentir-se produtivo novamente pode ajudar no resgate da autoestima e propiciar que o dependente químico reabilitado sinta-se vitorioso e, conseqüentemente, mantenha-se em abstinência (SOUZA; BECKER; DIEHL, 2016, p. 126).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do meu trabalho como enfermeiro no CAPS AD III durante quatro anos me trouxe até aqui. Ao presenciar diariamente as dificuldades enfrentadas pelos usuários do serviço, sejam elas familiares, econômicas e sociais, o sentimento de que algo novo e diferente pudesse ser ofertado me acompanhava diariamente. Havia também ali a intenção de discutir de forma mais aprofundada a dependência química, e porque não, de que essa pesquisa pudesse tornar visível a mais pessoas esse tema, oportunizando um outro olhar, mais próximo da realidade desses sujeitos e sem o véu ingênuo do senso comum que em nada contribuem com a assistência prestada a esse público.

Como visto no transcorrer dessa pesquisa, o uso de substâncias psicoativas acompanha a humanidade desde seu começo. Da mesma forma, com o passar do tempo, criou-se no usuário dessas substâncias uma carga gigantesca de estigma e discriminação que o acompanham até os dias atuais, cerceando-lhes o acesso a garantias e direitos fundamentais. Muitas vezes o usuário é confundido com a própria substância de que faz uso, o que causa, em termos gerais, a despersonalização do sujeito, afetando a forma como é tratado pela sociedade.

A análise do conteúdo das entrevistas realizadas com os sujeitos revelou, a partir das suas trajetórias de vida, as complexidades que envolvem o universo do usuário de substâncias psicoativas. O trabalho, antes visto por nós apenas como meio que proporcionaria garantias de subsistência e melhores condições de vida, revelou-se também, contraditoriamente, como uma das formas que facilitam o acesso a determinadas substâncias químicas, o que em geral, dificultava a assiduidade no trabalho e conseqüentemente causava demissões por excesso de faltas. Foi possível perceber que, ao longo de suas trajetórias de vida, as dificuldades para ingresso no mercado de trabalho com carteira assinada lançaram os sujeitos para o mercado de trabalho informal e à todas as suas formas de precarização. Observou-se também que o trabalho é visto pelos participantes dessa pesquisa ora como algo que proporciona prazer e reconhecimento, ora como algo degradante em razão das condições a que estão expostos.

De todos os modos, nesse contexto de contradições, o trabalho tem especial significado para o dependente químico, pois além de proporcionar satisfação, reconhecimento e sentimento de pertencimento, assume também importante função terapêutica, ocupando o tempo livre e ocioso. De outra parte, o desemprego pode gerar graves conseqüências, pois, como foi observado nos relatos de alguns participantes, a falta de recursos financeiros para a manutenção do vício pode levar o sujeito a ingressar no mundo do crime. Da mesma forma, a dependência química afeta o emocional e a autoestima do indivíduo de modo geral e aqui, em específico,

durante as entrevistas de emprego, demonstrado na dificuldade para se expressar quando participam de processos seletivos. Em síntese, o trabalho é visto por quase todos os sujeitos como algo de grande importância e como objetivo a ser alcançado para uma melhora na qualidade de vida.

Com relação à questão das trajetórias educacionais, vimos que a escolaridade dos pais afetou o valor e a importância dados por estes à educação de seus filhos. De modo geral, todos os sujeitos entrevistados tiveram acesso à educação já nos anos iniciais. Os motivos do desinteresse pela escola tiveram as mais variadas justificativas, desde dramas familiares na infância, como a separação dos pais, até o início no mundo do trabalho desde muito jovens, além das constantes reprovações ou mesmo a mudança de escola.

Os relatos relacionados à trajetória educacional apresentam uma diversidade entre os sujeitos entrevistados. Aqueles que possuem maior escolaridade veem a educação como algo de grande importância em suas vidas, garantindo melhores condições de trabalho e conforto. Em contrapartida, aqueles que tiveram uma história escolar mais breve, por vezes relatam a baixa escolaridade como o motivo para o desemprego. Esses mesmos sujeitos, em outros momentos, identificam seu histórico criminal, mais do que a educação e a escolaridade, como o grande problema para ingressar no mercado de trabalho formal.

Em termos gerais, podemos observar que a escola ainda é vista unicamente como preparação para o mercado de trabalho e que sua função emancipadora foi relatada apenas por um dos sujeitos entrevistados, especificamente aquele que possui o maior grau de escolaridade dentre os participantes desse estudo.

Ao realizar esta pesquisa e acompanhar mais profundamente as trajetórias de vida desses sujeitos, deparo-me com o distanciamento que em geral domina o imaginário popular acerca do universo do dependente químico. Impossível, ao final desse trabalho, não criticar a crescente defesa da ideia da meritocracia, tão ingenuamente (ou oportunisticamente) disseminada em nossa sociedade. As dificuldades vivenciadas durante a vida, por todas as pessoas, assumem aqui um significado denso, complexo e multicausal para o usuário de substâncias psicoativas, reflexos de uma história de preconceito, estigma e discriminação.

Nesse sentido, estudos que abordem a temática da dependência química se fazem cada vez mais importantes, visando um melhor entendimento sobre esse universo tão complexo, fazendo ver o que está “invisível” e submerso, proporcionando assim uma melhor compreensão e conseqüentemente um melhor atendimento prestado a esse público.

O Brasil caminha a passos lentos no debate sobre a discriminação e legalização de substâncias psicoativas, na contramão de diversos países desenvolvidos. Cada vez mais o

discurso da “guerra” contra as drogas se faz presente, demonstrando uma visão torpe e limitada sobre o assunto. Os retrocessos nesse sentido são gigantescos, distanciando cada vez mais a perspectiva de melhora e reforçando a visão estigmatizante do usuário de drogas.

Paralelamente a isso os cortes em educação reduzem cada vez mais o acesso da população a níveis elevados de ensino como também promovem o sucateamento das instituições e conseqüentemente a qualidade do que é ofertado, gerando pessoas sem senso crítico para identificar o desmonte e a política de descrédito que está sendo promovida descaradamente.

Analisando o cenário político e econômico atual, penso que estudos que abordem os impactos gerados pelo desemprego e pelo desmonte da educação em nosso país são pertinentes. Eles poderão demonstrar como o não investimento nessas áreas gera, a curto, médio e longo prazo, marcas profundas que ficarão por muito tempo visíveis a todos.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994, Coleção Primeiros Passos.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Brasil: Cortez Editora, 2011. p. 35-48.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. II. **Revista Nueva Sociedad**, junho de 2012, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org.
- BOUDON, Raymond. Dicionário de sociologia. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990
- BORSOI, Isabel Cristina F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergência*, vol.18, nº55. Toluca ene./abr.2011.
- BRASIL. Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011. 106 p.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 914, de 30 de outubro de 2017. ANEXO I. REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.
- BRASIL. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 1.669, de Junho de 1998. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.
- BRASIL. Presidência da República. DECRETO nº 7.426, de 7 de Janeiro de 2011. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.
- BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Resolução nº 03/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de Outubro de 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.
- CAPISTRANO, Fernanda Carolina et al. Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários. *Esc. Anna Nery* [online]. 2013, vol.17, n.2, pp.234-241. ISSN 1414-8145. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452013000200005>.
- CARMO, Gerson Tavares do. EVASÃO DE ALUNOS NA EJA E RECONHECIMENTO SOCIAL: CRÍTICA AO SENSO COMUM E AS SUAS JUSTIFICATIVAS – UENF, 2011.
- COSTA, Marisa Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos. II: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel. **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista Faculdade Educação**, v.23, n.1/2, p.185-195, jan./dez. 1997.

- DEJOURS, Christophe. Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política: a psicodinâmica do trabalho. In: S. LANCMAN; L. I. SZNELWAR (org), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15. 2008.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova** no.40-41 São Paulo Ago. 1997.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. Tradução de Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, julho/2003.
- DUBET, François. Os limites da igualdade de oportunidade. Publicado originalmente em espanhol, em “Nueva Sociedad”, Buenos Aires, n. 239, mayo-junio de 2012. p. 42- 50. Disponível em www.nuso.org. Trad. do francês de Aldo Giacometti. Tradução para o português de Antônio A. G. Batista. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v.2, n.2, p.171-179, dez. 2012
- _____. Entrevista com François Dubet: Estigmas e discriminações – a experiência individual como objeto. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v.38, n.1, p. 157-161, jan.-abr. 2015.
- DUARTE, A. J.; GUIMARÃES, M. T. C. A mediação da educação escolar na formação de jovens da periferia. UC-Goiás Agências Financiadoras: CAPES, SETEC e FAPEG, 2012.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo, EDART – São Paulo Livraria Editora, 1977.
- FERNANDES, Andrea da Paixão. Da escola de outrora à escola de agora: vozes de estudantes da educação de jovens e adultos. CAP-UERJ, 2015.
- GADOTTI, Moacir. Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. II FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Democratização, emancipação e sustentabilidade Florianópolis, 28 de maio a 1 de junho de 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. Tradução de Maria Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- _____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação - IIª Série*, n. 1, 2014.
- GOMES, Marineide Pereira; SILVA, Yanatasha Fernandes Ferreira da; SILVA, André Gustavo Pereira da. Educação não-formal: diálogos com a educação popular em Freire - o caso do grupo de leigos católicos Igreja Nova. <<http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/4305>> Universidade Federal de Pernambuco, nov. 2016.
- HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França Japão. *Caderno CRH*, Salvador, v.24, n.spe 01, p.15-22, 2011.
- JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- JOSSO, Marie Christine. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.

LUNARDON, Jonas Araujo. “Ei polícia, maconha é uma delícia!” O proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social. Dissertação (Dissertação em Ciência Política) – UFRGS. Porto Alegre, p. 46, 2015.

MAESTRI, R.C.; MINDAL, C.B. Metodologia de história de vida: a história de vida profissional de uma pessoa surda. In: XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2013, Curitiba, PR, de 26 a 26/09/13.

MEDEIROS, Katrucky Tenorio. AS MULHERES NO FENÔMENO DAS DROGAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE USUÁRIAS DE CRACK 27/02/2014 163 f. Mestrado em Psicologia Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, João Pessoa Biblioteca Depositária: UFPB

MELO, J. R. F.; MACIEL, S. C. Representação Social do Usuário de Drogas na Perspectiva de Dependentes Químicos. *Psicologia: ciência e profissão*, vol.36, nº1, p.76-87, jan./mar. de 2016.

NETO, Elydio dos Santos. Paulo Freire e Gramsci: contribuições para pensar educação, política e cidadania no contexto neoliberal. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 2, p. 25-39, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, L. A. G. et al. O ser feminino no contexto da dependência química: perfil das usuárias do CAPS-Ad de Montes Claros-MG. *Revista Intercâmbio – Vol. V*. 2014.

PANSANI, Clóvis. Pequeno dicionário de sociologia [livro eletrônico] / Clóvis Pansani. – Campinas, SP : Autores Associados, 2018

PUIGGRÓS, Adriana. La disputa por lá educación em América Latina. Hegemonia y alternativas. In: GÓMEZ SOLLANO, Marcela; Corenstein Zaslav, Martha. (Coord.). **Reconfiguración del educativo em América Latina**. Experiências pedagógicas alternativas. México, DF: UNAM, 2013, p.103-120.

REIS, Léa Maria Aarão. A Décima Terceira Emenda: Os escravos de Tio Sam, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Arte/A-Decima-Terceira-Emenda-Os-escravos-de-Tio-Sam/39/37831>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SAINSAULIEU, Renaud. A identidade no trabalho ontem e hoje. **Contemporaneidade e Educação**, ano 6, n. 9. Rio de Janeiro, 1º sem., pp. 56-73. Tema Central, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. **Revista Estudo Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXII, n.1, jun.2006, p.85-97.

SILVA, L. H. P. et al. Perfil Dos Dependentes Químicos Atendidos Em Uma Unidade De Reabilitação De Um Hospital Psiquiátrico. *Esc Anna Nery(impr.)*; 14 (3):585-590, jul-set. 2010.

SILVA, C. C. et al. Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas/CAPS-AD. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):737-745, 2014.

SILVEIRA, C. et al. Qualidade de vida, autoestima e autoimagem dos dependentes químicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013, 12 de junho de 2019. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63027990015>> ISSN 1413-8123

SOLDERA, M. et al. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. *Rev. Saúde Pública*, 38(2). 2004.

SOUZA, Elizeu Clementino. Indagación (auto)biográfica: contar experiências, escrituras narrativa y formación. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BOLÍVAR, Antônio. (orgs). **La investigación (auto)biográfica em educación**. Granada[Espanha]/Porto Alegre [Brasil]: Editorial Universidad de Granada/EdiPUCRS, 2014, p. 34-57.

SOUZA, L. H.; BECKER, M. C.; DIEHL, L. Significados do trabalho para dependentes químicos em reabilitação: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. Revista LABOR, UFC, nº15, v.1, 2016.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. II Encontro Norte – Nordeste de História da Educação e I Encontro Maranhense de História da Educação, 20 a 23 de agosto de 2007, p. 59 a 74.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I ao III. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 416-429.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEGAS, Moacir Fernando. Psicologia Social do Trabalho e Educação: uma discussão a partir da literatura espanhola recente. In: Maria Chalfin Coutinho; Odair Furtado; Tânia Regina Raitz. (Org.). **Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas**. 1ed. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015, v. 1, p. 172-193.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Nome: _____
- 1.2. Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: () M () F
- 1.3. Endereço: _____
- 1.4. Cidade: _____ UF: _____
- 1.5. Estado civil: () solteiro () casado
 () união estável () separado () divorciado
- 1.6. Têm filhos: () sim nº de filhos: _____ () não
- 1.7. Quem é (falar o nome do entrevistado)?

2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

- 2.1. Escolaridade da mãe () fund. incompleto () fund. completo
 () médio incompleto () médio completo
 () superior incompleto () superior completo
- 2.2. Escolaridade do pai () fund. incompleto () fund. completo
 () médio incompleto () médio completo
 () superior incompleto () superior completo
- 2.3. Escolaridade do entrevistado () fund. incompleto () fund. completo
 () médio incompleto () médio completo
 () superior incompleto () superior completo
- 2.4. Se teve que interromper os estudos qual ou quais foram os motivos?
- 2.5. Foi uma decisão sua ou de outras pessoas, como, por exemplo, seus pais?
- 2.6. Como se sentiu tendo que parar com os estudos?
- 2.7. Você acha que isso afetou sua vida? De que forma?

- 2.8. Atualmente tem interesse em retornar aos estudos? Por quê?
2.9. Você vê a educação escolar como algo importante na sua vida?

3. DADOS PROFISSIONAIS

- 3.1 Profissão: _____
- 3.2. Está trabalhando atualmente: () sim () não
- 3.3. Se sim, no quê: _____
- 3.4. Trabalho formal: () sim () não
- 3.5. Já trabalhou com carteira assinada: () sim () não
- 3.6. Encontra dificuldades para arrumar trabalho?
- 3.7. Se sim, a que atribui a dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho?
- 3.8. Consegue se manter por longos períodos no trabalho que arrumou?
- 3.9. Quais as dificuldades que vivencia quando está trabalhando?
- 3.10. Como lida com a remuneração proveniente do trabalho?
- 3.11. Já recaiu no uso de SPA após ter recebido o salário?
- 3.12. Já abandonou o trabalho? Por quais motivos?
- 3.13. Já foi demitido dos trabalhos que teve? Por quais motivos?
- 3.14. Como se mantém quando está desempregado?
- 3.15. Quais as dificuldades que vivencia quando está desempregado?

4. DEPENDÊNCIA QUÍMICA

- 4.1. Qual a sua dependência química? É usuário de qual substância química?
- 4.2. Com que idade teve início no uso dessas substâncias?
- 4.3. Recorda quais os motivos que o/a levaram a experimentar essa(s) substância(s)?
- 4.4. Para você quais os impactos que isso causa hoje na sua vida?
- 4.5. Tem algum familiar dependente químico?
- 4.6. Está abstinente? Há quanto tempo?
- 4.7. Está recaído? Há quanto tempo?

5. PERCEPÇÃO SOCIAL

- 5.1. O que é ser cidadão para você?
- 5.2. Você se sente incluído ou excluído da sociedade?
- 5.3. Já sentiu-se discriminado? De que forma?
- 5.4. Você acha que a sociedade discrimina o dependente químico? De que forma?
- 5.5. Como você se sente com relação à isso?
- 5.6. Acredita que, por ser dependente químico, tem maiores dificuldades comparado à outras pessoas? De que forma?
- 5.7. Onde você mora atualmente?
- 5.8. Já esteve em situação de rua?
- 5.9. Como foi esse período? O que aprendeu?

6. SOBRE A EXPERIÊNCIA DA ENTREVISTA

- 6.1. Como foi participar dessa entrevista?
- 6.2. Que reflexões fez sobre sua vida após responder a essas perguntas?
- 6.3. Que planos tem para o futuro, o que deseja para si?
- 6.4. Ao final dessa entrevista, quem é...? (falar o nome do entrevistado)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TRAJETÓRIAS DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS USUÁRIOS DO CAPS AD III.

Prezado senhor/Prezada senhora

O/A senhor/a está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado TRAJETÓRIAS DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS USUÁRIOS DO CAPS AD III. Esse projeto é desenvolvido por estudantes e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, e é importante porque pretende analisar, identificar e descrever as trajetórias de trabalho e educação de dependentes químicos usuários de um CAPS AD III de uma cidade do vale do Rio Pardo, assim como seu significado no processo de inserção social. Para que isso se concretize, o senhor/a senhora será contatado/a pelos pesquisadores para participar de uma entrevista onde serão abordados temas referentes a sua trajetória de trabalho, educação e inserção social. A entrevista será gravada e realizada individualmente (somente você e o pesquisador). A entrevista terá a duração aproximada de 1h à 1h30min. Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como é o caso, por exemplo de lembrar fatos desagradáveis, dolorosos e frustrantes da sua vida. Por outro lado, se o senhor/a senhora aceitar participar dessa pesquisa, benefícios futuros para a área das ciências humanas poderão acontecer, tais como: compreender as dificuldades que o dependente químico é exposto no dia a dia e melhorar a qualidade do cuidado ofertado. Para participar dessa pesquisa o senhor/a senhora não terão nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer outra natureza.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ -
_____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de

comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é DANIEL BARCELOS PETRY, fone (51) 99981-1014.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717- 7680.

Local: _____

Data __ / __ / ____

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável legal

Nome e assinatura do responsável pela obtenção do presente consentimento